

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa



TRANSIÇÃO PARA A “VIDA ADULTA”: SEGMENTAÇÃO DE JOVENS EUROPEUS

Vânia Vicente

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Prospecção e Análise de Dados

Orientadora:
Doutora Elizabeth Reis, Professora Catedrática,
ISCTE-IUL

Co-orientadora:
Doutora Maria Conceição Santos, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Junho de 2009

Resumo

A transição para a vida adulta é uma fase do ciclo de vida que tem vindo a motivar estudos em vários domínios das Ciências Sociais. Segundo vários teóricos, o impacto sobre a vida dos jovens das profundas mudanças ocorridas ao longo dos últimos 60 anos justifica uma análise da fase de transição para a chamada vida adulta. Vários investigadores consideram o período entre os 18 e os 25 anos, outros alargaram a amostra até aos 29 anos, não existindo, contudo, consenso quanto aos limites desta fase do ciclo de vida. A justificação para a actual conceptualização holística e dinâmica das fases de transição entre a adolescência e o período adulto é suportada pelo impacto estruturante de factores socio-económicos como desemprego, dificuldade na autonomia financeira e residência, e prolongamento dos estudos.

Aplicando a estatística multivariada aos dados do *European Social Survey* (módulo de 2006), este artigo visa contribuir para a caracterização e medida da heterogeneidade presente na fase de transição para a vida adulta. Através de modelos de mistura finita segmentou-se a amostra com base nas dez dimensões dos valores de Schwartz (1995) e nas variáveis de caracterização demográfica e familiar. Para a escolha do número de segmentos foram considerados dois critérios de informação, o BIC e AIC, ambos apontando para a escolha da solução de 6 segmentos. Verifica-se que indivíduos com perfis demográficos e familiares diferentes evidenciam valores e perspectivas de vida semelhantes.

Palavras-Chave: *Transição para a fase adulta, Segmentação, Análise Factorial Confirmatória, Valores de Schwartz*

Classificação JEL: J13, C39

Abstract

The transition stage to the adulthood has been enhanced several studies from the different Social Science domains. According to several authors, the impact on the lives of young people of the deep changes over the past 60 years justifies a review of the phase of transition to the adulthood. Several researchers have been focused on the period from 18 to 25 years old, while others enlarged to the 29 years old. However, it isn't consensual the limit of age of that stage of the Life Cycle. The structural impact of the social-economic factors, like the unemployment, the difficulties in getting financial autonomy and a own residence and the late conclusion of the academic studies, are the main factors to justify the holistic and dynamic of the recent framework of this stage of life between the adolescence and the adult life.

Applying a multivariate statistical analysis to the 2006 European Social Survey data, this article aims to contribute for characterization and measure of the heterogeneity present in transition to the adulthood stage of life. Trough finite mixture models the sample was segmented based on ten dimensions of Schwartz's values and on demographic and familiar variables. To choose the number of segments it were considered two information criteria, BIC and AIC, both suggesting the choice of six segments. It verifies that individuals with different demographic and familiar profiles have the same values and perspectives' life.

Keywords: Transition to adulthood, Segmentation, Confirmatory Factor Analysis, Schwartz's values

JEL Classification: J13, C39

Índice

1. Introdução	1
2. A fase de transição para a vida adulta	3
2.1. Caracterização conceptual da fase de transição para a idade adulta	4
2.2. Factores socio-económicos marcantes na transição para a idade adulta	9
3. Diferenciação Social e Valores	14
4. Objectivos e hipóteses do estudo	20
5. Os dados	20
6. Metodologia	23
7. Resultados	26
8. Conclusões	31
Referências Bibliográficas	35
Anexo	40

Índice de Quadros

1. Idade média ao primeiro casamento, 1980 e 2000	10
2. Definição dos valores universais de Schwartz	18
3. Caracterização da amostra em termos socio-demográficos	22
4. Estatísticas descritivas para as dimensões dos valores de Schwartz	28
5. Caracterização dos grupos	30

Índice de Figuras

1. Estrutura bidimensional dos Tipos Motivacionais	19
2. Modelo de medida dos valores de Schwartz	27
3. Identificação do número de segmentos a partir dos critérios de BIC e AIC	28
4. Caracterização dos segmentos em termos dos valores de Schwartz (médias)	31

Sumário Executivo

A transição para a vida adulta respeita a uma fase do ciclo de vida de um indivíduo que tem vindo a motivar o estudo em vários domínios das ciências sociais. Os modelos conceptuais desenvolvidos por sociólogos, psicólogos, etnógrafos e antropólogos convergem na proposição genérica de que o impacto das profundas mudanças ocorridas ao longo dos últimos 60 anos sobre a vida dos jovens de países industrializados, justificam a descrição, análise e modelização desta fase de transição para a vida adulta. Vários trabalhos empíricos, realizados em vários países industrializados e enquadrados em diferentes abordagens teóricas, consideraram o período entre os 18 e os 25 anos, enquanto outros alargaram a amostra até aos 29 anos. Neste estudo, porém, foi considerada uma faixa etária mais alargada, dos 18 aos 35 anos.

A inclusão na fase adulta é determinada pela existência de factores de natureza psicológica e social, como: autonomia, responsabilidade sob si próprio e perante terceiros, independência financeira, menor participação em vida social, desenvolvimento de carreira profissional e também de vida com um parceiro e residência própria. A justificação para a actual conceptualização holística e dinâmica das fases de transição entre a adolescência e o período adulto é suportada pelo impacto estruturante de factores sócio-económicos como indisponibilidade de emprego, dificuldade na autonomia financeira e de residência, e prolongamento dos estudos. O efeito explicativo da intensidade destes factores em paralelo com outros de natureza psicológica e comportamental (como o indivíduo alcança um conceito sobre si próprio de maturidade, responsabilidade e independência) é um dos aspectos que mais diferencia, na literatura sobre este tema, a abordagem pelas várias disciplinas das ciências sociais (Molgat, 2007; Arnett, 2006).

Aplicando a estatística multivariada a uma base de dados – European Social Survey (utilizou-se o módulo de 2006) – de abrangência europeia e que segue procedimentos metodológicos rigorosos para medir de forma permanente atitudes, valores, crenças e orientações comportamentais dos europeus em relação a uma variedade de temas sociais relevantes, este artigo tem como principal objectivo verificar se os indivíduos deste escalão etário apresentam semelhanças na identificação com os valores de Schwartz, apesar de terem perfis socio-demográficos diferentes.

Assim, será realizada uma segmentação com base em variáveis socio-demográficas (idade, dimensão do agregado familiar, situação profissional (trabalho remunerado, a estudar ou

trabalho doméstico), situação familiar (vive/ viveu com o cônjuge ou companheiro, é/foi casado, é pai/mãe biológico) e com base nas dimensões de valores de Schwartz (autodirecção, estimulação, hedonismo, realização, poder, benevolência, conformidade, tradição, segurança e universalismo).

Para a escolha do número de grupos foram considerados dois critérios de informação, o BIC e AIC, ambos apontando para a escolha da solução de 6 segmentos: *Jovens Adultos Tradicionais ou Afiliados*, *Jovens Genuínos ou Eu-Eu*, *Jovens Ambiciosos*, *Adultos Emergentes ou Pragmáticos*, *Indiferenciados ou Indiferentes* e *Jovens Acomodados*.

Em termos de valores, o grupo 1 e 5 são semelhantes uma vez que são os mais indiferentes relativamente aos valores. No entanto, em termos familiares estes apresentam diferenças, sendo os indivíduos do grupo 1 os que apresentam maior probabilidade de serem casados e de terem filhos biológicos.

Também os grupos 2 e 4 são muito idênticos em termos de valores, na medida em que se identificam de forma muito semelhante com cada um dos valores, sendo que ambos menosprezam o Poder, o Conformismo e a Tradição. Porém, tratando-se do grupo dos mais novos, no grupo 2 a probabilidade de estar a estudar é maior, enquanto que no grupo 4 estamos perante indivíduos que já possuem independência financeira uma vez que a probabilidade de ter um trabalho remunerado é maior, o que se reflecte também na probabilidade elevada de já viverem com o cônjuge ou companheiro.

Por sua vez, os grupos 3 e 6 são os que mais se identificam com um maior número de valores, sendo também muito semelhantes quanto à sua situação profissional e familiar, distinguindo-se apenas pelo facto de no grupo 6 a probabilidade de viver com o cônjuge e companheiro ser maior.

Posto isto, embora hajam algumas diferenças entre os níveis de identificação com os valores nos vários grupos, é nas variáveis socio-demográficas que estes mais se distinguem, apresentando perfis, na maioria dos casos, bem definidos.

1. Introdução

O presente estudo visa contribuir para a segmentação e caracterização do perfil do segmento da população jovem, o dos adultos emergentes (*emergent adulthood*) na Europa. A partir dos dados recolhidos pelo *European Social Survey* (ESS) em 2006, pretende-se verificar se as variáveis de natureza socio-demográfica e psicológicas, nomeadamente os valores de referência para os indivíduos, apresentam-se efectivamente como variáveis explicativas da heterogeneidade existente neste período vivido entre a adolescência e a idade adulta.

Este período de vida tem sido alvo de crescente estudo, sendo, cada vez mais consensualmente aceite nos vários domínios das ciências sociais, a necessidade de caracterização e identificação de fronteiras do grupo a que o psicólogo Jensen Arnett chamou de adultos emergentes. Desde 1994 Arnett tem vindo a publicar profunda reflexão e investigação empírica sobre a fase de vida dos 18 aos 25 anos. Num cruzamento das teorias defendidas por sociólogos, antropólogos e psicólogos, verifica-se não existir um termo generalizável, mas ser comum a tendência para aceitar que nem a idade é um factor delimitador, nem esta fase de vida é um processo linear. O jovem finalista da adolescência, estando ou não a estudar no ensino graduado e pós-graduado, goza de maior autonomia financeira, pessoal e social, assumindo responsabilidades activas de direitos cívicos (como o direito a votar), mas não assumindo ainda compromissos de adultos.

A realidade social dos países ditos desenvolvidos e industrializados mostra sinais evidentes de ruptura com anteriores estereótipos sobre a caracterização das diferentes fases de caracterização do ciclo de vida do indivíduo. Hoje são socialmente aceitáveis, e até enquadrados pelos sistemas político-legais, comportamentos que contrariam crenças anteriores. Por exemplo, a “união de facto” assume abertamente a substituição do casamento legal e heterossexual; um jovem residente em casa dos pais assume total autonomia, mesmo financeira, e responsabilidade individual.

Factores sociais e económicos têm influenciado fortemente estas mudanças profundas de hábitos, valores, atitudes e comportamentos. De facto, a existência de um maior leque de oportunidades, após o período de reconstrução devido à segunda guerra mundial, em paralelo com o acentuado progresso tecnológico, nomeadamente no recente período pós massificação dos computadores portáteis e da internet, tem levado a que um maior número de indivíduos se veja confrontado tanto com maiores opções de consumo e de mobilidade internacional, como com maior possibilidade de se desenvolver pessoal e profissionalmente. Esta constatação

social tem sido estudada de forma holística, por diversos investigadores nas áreas da Sociologia (Bourdieu, 1980; Chamboredon, 1985; Galland, 1997; Pimenta, 2007), Antropologia (como Schlegel e Barry, 1991) e Psicologia (entre outros Molgat, 2007; Arnett, 2000, 2006; Westberg, 2004).

O actual estado da arte da literatura referente aos conceitos inerentes aos jovens e sua transição para a vida adulta, identifica modelos que consideram factores situacionais (como a diminuição grave na oferta de emprego para um indivíduo recém-licenciado, a dificuldade financeira para possuir casa própria, mas também a maior oferta internacional de turismo, a maior mobilidade e cidadania global do indivíduo ou ainda a maior importância de valorização profissional e de habilitações académicas), em paralelo com outros de natureza individual e psicológica (a consciência de si como ser responsável por si e pelos outros, a capacidade em ser autónomo e de tomar decisões). Em conformidade com estes trabalhos teóricos e empíricos, tem vindo a ser cada vez mais consensual e genérica a proposição de que a fase de transição entre a adolescência e a idade adulta deverá ter uma identidade própria. Assim sendo, constata-se uma crescente consciencialização, quer pelos investigadores, quer pelos sistemas socio-políticos, de que esta fase do ciclo de vida de um indivíduo não é apenas biológica, mas também um processo social e cultural que merece um enquadramento específico. É disso exemplo o conjunto de recentes leis e disposições aprovadas pela comunidade europeia para a mobilidade e integração dos jovens nos mercados de trabalho e cívico, bem como as medidas incentivadoras ao empreendedorismo e criação de novas empresas por parte dos jovens.

Não obstante a maior preocupação com este tema se verificar apenas a partir de 1970 (Pimenta, 2007:72) e de poucos estudos empíricos ainda validarem as hipóteses propostas, verifica-se que ainda é atribuída elevada importância aos factores demográficos e sociais estáveis, em particular a idade e a situação familiar para a delimitação desta fase da vida. Outros estudos no âmbito da psicologia procuram comparar a conceptualização tradicional do papel dos indivíduos na sua fase de transição para a idade adulta com as percepções que os actuais jovens adultos assumem sobre o ser adulto (Arnett, 2006). Os estudos de natureza mais sociológica e antropológica têm-se focado na análise das trajectórias de transição, como os investigadores do GRET (*Grupo de Recerca Educació i Treball*, na região espanhola da Catalunha, desde 1985) e os do EGRIS (*European Society for Regional and international Social Research*, desde 1993). Em geral, as diferentes perspectivas apontam para uma modelação baseada em situações ditas normais, tendendo a normativizar as trajectórias pessoais, distinguindo grupos com perfis dominantes, e que se consideram por isso normais,

dos desviantes. Também é consensual entre as diversas abordagens a consideração de que é demasiado lato, para designar esta fase de transição para a vida adulta, conceitos como jovens, juventude ou jovens adultos (Pimenta, 2007; Arnett, 2000). Aliás, autores como Wyn (2006) afirmam tratar-se de uma nova geração, devido à diversidade e dinamismo relacional desta fase da vida, associados ao visível impacto que estes indivíduos detêm, incentivando instituições reguladoras, públicas e privadas, como os bancos, escolas, etc., a adaptarem-se às suas necessidades.

Este estudo foi desenvolvido em paralelo com um outro devido ao facto de ambos abordarem o mesmo tema, a fase de transição para a vida adulta. Assim, no âmbito de um projecto de investigação comum, incidindo na mesma base de dados – *European Social Survey 2006* –, este estudo enfatiza a dimensão dos valores de Schwartz enquanto que o outro, partindo de resultados do presente estudo, centra-se nas atitudes face à Segurança, Confiança em Instituições Políticas e Igualdade racial e étnica, comparando Portugal e Polónia.

2. A fase de transição para a vida adulta

O período de transição entre adolescência e vida adulta diferencia-se claramente da fase anterior da adolescência, na medida em que é permitido ao jovem uma maior autonomia social, pessoal e financeira. Todavia, o jovem não se auto-considera ainda como adulto, nem assim é identificado nos seus meios familiares e sociais, na medida em que ainda não assume comportamentos e atitudes caracterizadores do estatuto de adulto: o peso da responsabilidade no assumir decisões sobre si e sobre terceiros, a autonomia e aprofundamento pelo indivíduo dos seus valores e o conceito de si próprio.

A passagem por esta fase não é apenas difícil de identificar, devido à diversidade de factores explicativos, como também não é linear (Pimenta, 2007). Por outro lado, também poderão verificar-se descontinuidades no processo, como a mudança de trabalho, divórcio e outros momentos de sucesso e insucesso, pelos quais o indivíduo evoluindo, amadurece (Pimenta, 2007; Machado Pais, 2001). Por isso, os investigadores dos vários domínios científicos têm vindo a intensificar sinergias e complementaridades para dar corpo ao conhecimento do perfil, factores explicativos e consequências desta fase do ciclo de vida (entre muitos outros: Erikson, 1950, 1968; Levinson, 1978; Chamboredon, 1985 e seu discípulo Galland, 1997; Arnett, 2000, 2006; Westberg, 2004; Wyn, 2006). Em geral, a principal diferença entre as

várias teorias reside na intensidade considerada sobre a importância dos factores situacionais (demográficos e familiares) face aos de natureza psicológica e comportamental (Molgat, 2007; Arnett, 2006).

Na breve resenha do estado da arte da literatura respeitante ao estudo desta fase do ciclo de vida é importante identificar, por um lado a conceptualização e identidade desta fase e, por outro, a evolução das diferentes abordagens em paralelo com os factores socio-demográficos visíveis.

2.1 Caracterização conceptual da fase de transição para a idade adulta

A transição da adolescência para a idade adulta não é simplesmente biológica mas também um processo social e cultural. Do actual conhecimento holístico sobre esta fase de vida, este período diferencia-se quer da adolescência, quer da idade adulta, evidenciado sinais de semi-autonomia, pois apesar dos jovens terem algumas responsabilidades, não assumem muitas outras que continuam a ser atribuídas aos pais e às autoridades escolares, entre outros. Os próprios jovens não se vêem como adolescentes, nem tão pouco como adultos.

A passagem pelas fases do ciclo de vida não é, no entanto, um processo linear, ou seja, o jovem não tem necessariamente de passar pelas várias fases entre ser adolescente e adulto, pois as trajectórias podem variar. Hoje, os percursos de vida dos jovens são mais complexos não apenas porque os modelos lineares que serviam para orientar as trajectórias de transição já não são aplicáveis, mas também porque os caminhos percorridos se tornaram mais imprevisíveis e as alternativas possíveis se multiplicaram, tais como as experiências de desemprego e mudança de trabalho, o fim das relações afectivas e outros sucessos e fracassos que, acontecendo inesperadamente, os fazem retornar a situações anteriores (voltar a viver com os pais, voltar a estudar, etc.).

São vários os autores que avançaram com contributos importantes para compreender e caracterizar uma fase intermédia, cada vez mais distinta, entre o adolescente e o adulto. Um dos primeiros contributos foi dado por Erikson (1950. 1968), na medida em que o autor identifica uma fase de prolongamento da adolescência, a qual é típica das sociedades industrializadas e na qual os compromissos e responsabilidades são atrasados, enquanto que a fase das novas experiências, iniciada na adolescência, continua e intensifica-se.

Outro contributo importante foi o de Levinson (1978) que chamou ao período dos 17 aos 33 anos a “nova fase” de desenvolvimento, argumentando que a função subjacente a esta fase é a preparação para a vida adulta e a construção de uma estrutura de vida estável. A sua

concepção de nova fase é semelhante à ideia de período de experimentação de Erikson que ocorre nesta fase.

Porém, a teoria mais conhecida acerca do desenvolvimento da fase de transição é a teoria de Keniston acerca da “juventude”. Tal como Erikson e Levinson, Keniston (1971) considerou juventude como um período contínuo de experiências entre adolescência e idade adulta. Dado o clima de tensão dos movimentos de protesto dos jovens devido ao envolvimento dos EUA na guerra do Vietname, o autor descreveu juventude como um período de tensão entre o jovem e a sociedade e de recusa de socialização, o que, mais do que qualquer outra característica deste período, reflecte o momento histórico que se vivia.

Todavia, o termo juventude aplicado a este período pode ser problemático. Trata-se de um termo muito vasto e ambíguo para descrever este novo período que surge depois da adolescência mas antes da idade adulta. Além disso, este termo não inclui apenas o período após a adolescência, mas a adolescência inclusive.

Um dos primeiros sociólogos a apontar as mudanças nessa passagem e a definir “uma nova fase da vida” distinta tanto da adolescência como da vida adulta foi o francês Chamboredon (1985), designando por “pós-adolescência”, e que não seria mera consequência do aumento da esperança de vida, mas de um conjunto de factores estruturais:

- a extensão do período de formação ligada à generalização e ao prolongamento da escolarização;
- a extensão do período de transição entre a escola e o mercado de trabalho, cada vez mais marcado por esperas, sondagens e tentativas;
- a extensão do período de transição da família de origem para a família de procriação, caracterizada por estatutos “transitórios”, “pré-matrimoniais” e “pré-parentais”; e
- o adiamento do matrimónio e do nascimento do primeiro filho.

Para este autor, este período é também resultado da luta de gerações, estabelece uma nova idade da vida que não é nem adolescência, nem idade adulta, conferindo-lhe um novo estatuto e relativizando a importância de determinados atributos de maturidade, é uma estratégia de “juvenialização” desta geração. Neste aspecto, a sua posição aproxima-se da de Bourdieu, que, no seu artigo *La jeunesse n'est qu'un mot* (1980), defende que a delimitação das idades da vida não é mais que uma estratégia usada pelas diferentes gerações na luta para estabelecer posições sociais presentes e futuras.

Bynner (2005, citado por Arnett, 2006: 119) critica o termo pós-adolescência ao afirmar que este apresenta problemas idênticos aos apontados ao conceito juventude, nomeadamente a falta de clareza na distinção entre as fases de vida anterior (adolescência) e posterior (adulta). A existência de uma fase de prolongamento da adolescência evidencia-se nas estatísticas nacionais socio-demográficas que mostravam ser cada vez maior o intervalo de tempo para a fase adulta e contrariavam a aceitação de marcos tradicionais para a definição das fases de ciclo de vida como o casamento, o emprego estável e a residência própria. Sociólogos como Galland (1997) conceptualizam a fase de transição para a vida adulta desenvolvendo diferentes combinações e modelos específicos, mas que todavia integravam eventos socialmente significativos, mas tradicionalmente usados na caracterização desta fase de vida: o início da vida profissional, o matrimónio e o abandono da família de origem. Assim, o autor instituiu novas fases do ciclo de vida: a pós-adolescência (etapa que vai do final da escolaridade obrigatória até à saída da casa dos pais), a juventude (período entre o abandono do lar familiar e a formação de um casal, ou seja fase em que o jovem, sendo ainda solteiro, é independente da família e saiu de casa dos pais) e pré-adulto (fase iniciada com a mudança de estatuto de solteiro até ao nascimento de um primeiro filho).

Outras conceptualizações desenvolvidas para esta fase de vida procuram incluir nos seus modelos restrições fruto do contexto social do momento que influenciam o indivíduo nessa etapa da sua vida. Cada etapa de transição pode assumir um significado diferente para cada jovem, dependendo das circunstâncias em que ocorre.

De facto, o estatuto de adulto não é alcançado apenas pela passagem por esta ou aquela etapa, mas depende também de uma relação consciente do sujeito com a sua condição. Por um lado, é necessário que um jovem se identifique como adulto para que, de facto, se torne numa pessoa adulta. Por outro, a identidade adulta é também atribuída pelas instituições e pelos agentes que estão em interacção directa com os indivíduos (Dubar, 2005: 139). Nesse sentido, ser adulto é tanto uma construção cultural partilhada e transmitida no seio de uma sociedade como uma auto-identidade construída no processo de transição. Estudos vários procuraram definir e modelizar esta fase de transição para a vida adulta como os de GRET, EGRIS, entre outros (Pimenta, 2007). Neles o conceito de pós-adolescência revelou-se limitativo, pelo que se sugeriu o conceito geral de *jovens adultos* para designar o conjunto de jovens de ambos os sexos que se encontram algures entre a juventude e a idade adulta, e apesar de ainda não terem alcançado o estatuto de adultos no sentido tradicional, não podem continuar a ser chamados de jovens.

Esta posição constitui uma crítica às ideias de prolongamento da juventude e pós-adolescência, concepções que não têm em consideração o facto dos jovens desenvolverem autopercepções distintas das classificações legais ou institucionais. Estes conceitos não têm em conta que actualmente não é apenas a ideia de juventude que se encontra em questão, mas é também o estatuto convencional de idade adulta que é posto em causa. Isto porque há uma indefinição das fronteiras entre as fases da vida, e maneiras diferenciadas de experimentar os papéis de jovem e adulto, muitas vezes combinando, de forma consciente ou não, aspectos de cada um deles. O conceito de jovens adultos tem vantagens relativamente ao de pós-adolescência sobretudo porque aproxima os jovens do estatuto de adultos. Por um lado, cede algum crédito aos jovens que, por quaisquer razões, coabitam com os pais ou mantêm relações de dependência familiar, mas ao mesmo tempo dispõem de autonomia e liberdade em relação às decisões que afectam as suas vidas. Por outro lado, abrange aqueles que, para todos os efeitos, já são adultos mas ainda se consideram jovens e, por ser relativamente ambíguo, também pode ser utilizado para referir-se aos que não se identificam nem como jovens, nem como adultos, sem o estigma de que ainda não cresceram ou permanecem, de certa forma, adolescentes (Pimenta, 2007).

Na abordagem comportamental e atitudinal da psicologia de investigadores como Arnett (2000), o termo *jovem adulto* revela-se igualmente insatisfatório, na medida em que diz respeito aos jovens que atingiram definitivamente o estatuto de adulto, mas devido à sua idade, são ainda considerados jovens; ao passo que os jovens nesta fase da vida que temos vindo a desenvolver estão ainda numa fase de transição, não sendo considerados totalmente adultos. Prosseguindo estudos desde 1994 nos EUA, o psicólogo americano Arnett defende o uso do termo *adulto emergente*, que caracteriza a partir de cinco facetas seguidas pelo jovem:

- exploração de novas experiências, onde o jovem procura experimentar e toma várias opções no amor e no trabalho;
- instabilidade emocional e social, passando por frequentes mudanças de percursos educacionais, de trabalho profissional e de outras situações da vida nos laços afectivos com os companheiros e amigos;
- ambiguidade de pertença, onde o jovem nem se sente adolescente nem adulto;
- concentração máxima sob si próprio, maximizando a possibilidade que lhe é oferecida de liberdade e diminuição da pressão social que experimentaram enquanto adolescentes e que sabem passarão a sentir de novo quando forem adultos, nomeadamente pelo aumento de compromissos e de responsabilidades;

- oferta de inúmeras possibilidades para a construção otimista da vida futura.

Por comparação com as limitações dos termos jovem, jovem adulto ou pós-adolescente, este novo conceito é preferível para designar a fase de transição para a vida adulta, precisamente porque o termo emergente capta a dinâmica, mudança e fluidez deste período de vida e dá conta do processo de construção subjacente a esta fase. Outra vantagem da utilização deste termo advém de ser um novo conceito para designar um novo fenómeno, evitando, assim, alguns problemas decorrentes de termos como juventude ou jovens adultos. O termo adulto emergente distingue claramente o período de transição da adolescência que o antecede, e dos adultos jovens que o sucede e, segundo Arnett, vai dos 18 aos 25 anos e caracteriza-se por ser um período da vida que oferece a maioria das oportunidades para explorar a identidade nas dimensões do amor, trabalho e visões do mundo (Arnett, 2000). As relações amorosas tornam-se mais íntimas e sérias. Relativamente ao trabalho, enquanto que os adolescentes vêem o seu trabalho, não como uma preparação para futuros empregos, mas apenas como uma forma de ganhar dinheiro, os adultos emergentes encaram o seu trabalho como uma forma de ganhar experiência para empregos futuros. Ao explorar várias possibilidades de trabalho, exploram também as questões da identidade: em que tipo de trabalho sou bom? Que tipo de trabalho me faria sentir satisfeito a longo prazo? Quais são as minhas hipóteses de conseguir um bom trabalho na área? Quanto às visões do mundo, (Perry, 1999) mostrou que a mudança de visões é um aspecto central no desenvolvimento cognitivo durante esta nova fase. Os adultos emergentes deparam-se com várias visões do mundo e acabam por adoptar uma visão diferente da que tinham enquanto adolescentes.

Paralelamente, vários estudos têm mostrado que existem outras áreas de exploração sobre o comportamento dos adultos emergentes, nomeadamente os comportamentos de risco (Jessor *et al.*, 1991) que afirmam ocorrer, não durante a adolescência, mas durante esta nova fase de transição - ter relações sexuais sem protecção, experimentar substâncias ilícitas, praticar uma condução de risco, etc.; de certa forma, podem ser entendidos como parte da exploração da identidade, ou seja, como um reflexo do desejo de obter uma variedade de experiências antes de assumir as responsabilidades da vida adulta. Os adultos emergentes reúnem as condições necessárias a este tipo de comportamento porque, comparativamente com os adolescentes, são menos controlados pelos pais e agem mais livremente do que os adultos por estarem menos constrangidos por normas e obrigações sociais. Segundo um estudo de Bachman *et al.* (1996), o comportamento de risco assume a sua máxima expressão por volta dos 20 anos de idade e entra gradualmente em declínio com o casamento e ainda mais nitidamente depois do nascimento dos filhos.

Tem sido gradual a defesa e seguimento deste novo conceito de adulto emergente, embora o estado da arte revele ainda uma enorme necessidade de aprofundar o conhecimento holístico desta fase de vida ou mesmo do novo fenómeno. Neste novo conceito convergem as facetas visíveis do ciclo de vida como a mudança dinâmica, a fluidez no estabelecimento de novas prioridades pessoais, progressivamente ancoradas por acções político-legais incentivadoras de novas condições materiais e sociais (Wyn, 2006); bem como se demarca nitidamente esta fase da vida, onde a idade e outros factores de transição não são tão diferenciadores, como outros aspectos inerentes a esta nova geração. Sustentado num estudo realizado na Austrália, Wyn considera que este termo assume a emergência da modelização de uma nova geração, onde “Mudanças nos mercados de trabalho, nas relações entre educação e emprego e ainda nas relações de trabalho e nas acções do estado, alteraram o significado dos “marcadores” tradicionais do estatuto de adulto nos países industrializados” (Wyn, 2006: 500).

2.2 Factores sócio-económicos marcantes na transição para a idade adulta

2.2.1 Evolução na identificação dos factores estruturantes para a fase de transição da vida adulta

Nos séculos XVII e XVIII, de acordo com Rotundo, as comunidades caracterizavam-se por serem pequenas, fortemente inter-relacionadas e ligadas à religião (Arnett, 1998:300), sendo o casamento tipicamente visto, não como um marco isolado para a passagem para a vida adulta, mas como o culminar de um período de desenvolvimento do carácter individual e de determinadas competências específicas de cada género. Segundo Gilmore (1990), durante a adolescência, o rapaz deveria desenvolver as competências para desempenhar as funções da idade adulta: procriar, sustentar e proteger. Deveria aprender a procriar, isto é, ter alguma experiência sexual antes do casamento para que pudesse ter filhos que mais tarde ajudariam a sustentar a família. Deveria também aprender a sustentar-se economicamente a si próprio e à sua mulher e filhos, isto é, deveria adquirir os conhecimentos e competências necessárias à sobrevivência na sua cultura, como por exemplo, caçar, pescar e cultivar. Deveria ainda proteger a sua família, tribo e outros grupos aos quais pertencesse, de ataques de inimigos e/ou animais predadores.

Schlegel e Barry (1991) constataram que, nas culturas tradicionais, era expectável as raparigas serem capazes de cuidar das crianças e do lar antes de serem consideradas preparadas para casar e ser-lhes conferido o estatuto de adulta. O desenvolvimento de todas estas

competências servia para preparar os futuros homens e mulheres para a vida de adulto que começaria com o casamento.

Todavia, no século XIX as transformações sociais desencadeadas pela revolução industrial, induziram à perca do colectivismo que caracterizava as sociedades anteriores. O crescimento da adopção do individualismo acentuou a variabilidade e pouco clara definição nas fronteiras da fase de transição para a vida adulta. Em contrapartida, ganharam importância as qualidades de carácter, embora o casamento continuasse a ser um aspecto central na transição da adolescência para a vida adulta.

Na primeira metade do século XX o casamento continuou a ser o marco definitivo na transição para a idade adulta. Porém, na década de 60 assistiu-se a uma mudança nesta tendência. Gradualmente, os jovens têm adiado a data do primeiro casamento, mas não necessariamente uma vida sexual activa, etapas da vida estas que passaram a serem consideradas como acontecimentos distintos. A obtenção de um nível mais elevado de escolaridade estendeu-se às diferentes classes sociais e género, o que veio alterar a tendência de variáveis demográficas, como a diminuição da taxa de natalidade e o retardamento da idade da mulher ao nascimento do primeiro filho. Esta alteração demográfica impulsionou mudança de mentalidades e de hábitos sociais. A conjugação destes factores levou vários investigadores (por exemplo, Cohen *et al.*, 2003; Eccles *et al.*, 2003; Nelson *et al.*, 2004; Arnett e Tanner, 2006) a concluírem que estamos perante um nova etapa do curso de vida, situada entre a adolescência e a idade adulta (Arnett, 2006:112).

Quadro 1- Idade média ao primeiro casamento, 1980 e 2000

Países	Homem		Mulher	
	1980	2000	1980	2000
Áustria	25.7	30.5	23.1	28.1
Bélgica	24.6	29.1	22.2	26.8
Bulgária	24.5	28.1	21.4	24.7
França	25.2	30.7	23.0	28.6
Alemanha	26.1	31.2	23.4	28.4
Hungria	24.0	27.2	21.3	24.7
Holanda	25.4	31.0	23.1	29.1
Portugal	25.4	27.5	23.3	25.7
Espanha	26.1	29.2	23.7	27.1
Suécia	29.0	33.1	26.4	30.6
Reino Unido	25.3	30.4	23.0	28.3
EUA	24.7	27.0	22.0	25.2

Fonte: Arnett, 2006: 112.

Tal como se observa no quadro 1, Portugal seguiu a tendência dos restantes países no que diz respeito à idade média ao casamento. Também neste país têm vindo a aumentar situações de mudança de percurso de vida e das chamadas descontinuidades que dão novos rumos à vida individual, tais como experiências de desemprego e mudança de trabalho, fim de relações afectivas, ser confrontado com a necessidade em regressar à escola, a fim de fazer estudos pós-graduados. A leitura diária dos jornais mostra a clara tendência crescente na oferta de cursos de pós-graduação e de diversos tipos de ofertas de financiamento para os mesmos pelas instituições bancárias. No âmbito da diversidade de trajectórias e de variáveis situacionais de foro económico, legal e social, muitos investigadores alertam para a crescente complexidade dos percursos de vida. É nesse sentido que Machado Pais (2001) defende a evolução para uma sociologia “pós-linear”, cuja lógica não seja a de continuidade explicativa entre causas e efeitos, mas antes a partir de processos em constante construção e mudança.

Todos os modelos “tradicionais”, que se baseavam essencialmente no casamento como marco na transição para a vida adulta, sofreram profundas alterações, especialmente a partir da década de 1980. A análise de estatísticas nacionais evidenciou mudanças significativas nas idades médias das passagens pelos marcos de transição e permitiu a constatação de que o intervalo de tempo entre as etapas estava a tornar-se cada vez mais longo, o que apontava para a emergência de um novo fenómeno social, um novo modelo de transição. Verificou-se também um “atraso” na passagem pelas etapas tradicionais de transição, que estavam a ocorrer em idades cada vez mais tardias, e uma “dessincronização” das etapas, isto é, extensão do período de transição por uma série de etapas intermediárias, resultando no prolongamento do período em que permaneciam as condições características comumente atribuídas à juventude.

Dando continuidade a esta problemática, Galland, um dos discípulos de Chamboredon, propôs uma nova abordagem à passagem para a vida adulta. O autor baseou-se num conceito amplo de *entrada na vida adulta* definido por três eventos socialmente significativos: o início da vida profissional, o matrimónio e o abandono da família de origem. Esses três eventos formavam a base de um modelo “tradicional” de transição que, segundo Galland, se consolidou após a Segunda Grande Guerra com a extensão da escolaridade obrigatória a todas as camadas sociais da população francesa. Nesse modelo, a passagem para a vida adulta efectua-se sobre dois eixos: o primeiro corresponde ao sistema de ensino e o mundo do trabalho (esfera pública), e o segundo, à vida familiar (esfera privada). O modelo “tradicional” caracteriza-se por uma relativa sincronia da passagem por essas etapas e,

portanto, por uma relativa homogeneidade das definições de idade em que ocorrem (Galland, 1997).

Esta questão das trajetórias de transição também tem vindo a ser abordada pelo GRET que, desde 1985, desenvolveu investigação centrada nos itinerários de inserção social e profissional dos jovens catalães. A sua proposta era construir uma nova perspectiva teórica e metodológica a partir da qual se daria início ao estudo da situação social dos jovens e oferecia as bases para uma sociologia que estivesse centrada na vida adulta. Esta perspectiva pretendia romper com a tendência de atribuir uma única causa ao atraso da conquista da emancipação ou ao prolongamento da situação juvenil, destacando a necessidade de ter em conta vários factores que interferem nas posições e expectativas dos jovens.

Com base nesses pressupostos, os investigadores do GRET propuseram uma tipologia de “modalidades de transição” que assentava em dois eixos principais: o tempo e a complexidade das inserções sociais, profissionais e familiares (Pimenta, 2007). A primeira variável indica o tempo que um jovem leva para conseguir a inserção profissional e, principalmente, emancipar-se da família. Desse modo, pode haver uma transição precoce ou tardia para a vida adulta. O segundo eixo polariza as inserções “complexas” que procuram esforços incompreendidos em direcção a posições qualificadas ou de sucesso, e as inserções “simples” relacionadas com baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional. Esses dois eixos analíticos cruzam-se transversalmente, configurando um mapa que identifica seis modalidades de transição: êxito precoce, trajetórias operárias, vinculação familiar, aproximação sucessiva, trajetórias precárias e trajetórias bloqueadas.

Não obstante, esta tipologia tende a normativizar as trajetórias pessoais, distinguindo as que se aproximam de um modelo considerado “normal” ou dominante e as que são “desviantes” em relação a ele. Acontece que nem sempre o que os investigadores e os responsáveis pelas políticas públicas consideram trajetórias “desviantes”, “mal sucedidas” ou mesmo “fracassadas”, são assim percebidas pelos jovens que as vivenciam.

Outro aspecto deste modelo analítico que merece ser mencionado consiste no facto do êxito da transição ser medido em função da inserção definitiva ou estável no mercado de trabalho e da correspondência entre as expectativas iniciais e os resultados obtidos. Contudo, é importante questionar se, perante um processo amplamente generalizado de reestruturação do mercado de trabalho, em que prevalece a precariedade das relações de trabalho mediante a flexibilização dos contratos e a desvalorização dos diplomas, devemos insistir em modelos nos quais a única forma de aquisição do estatuto de adulto é o trabalho estável.

A necessidade de realizar uma análise comparativa que transcendesse horizontes regionais e nacionais de forma organizada deu impulso à formação, em 1993, de uma pequena rede de investigadores europeus, denominada EGRIS que partiu da constatação de que, nos diferentes contextos regionais europeus, as trajectórias de transição e integração social se foram tornando cada vez mais prolongadas e não padronizadas.

2.2.2 Importância dos factores estruturantes no ciclo de vida

As perspectivas da sociologia enfatizam o papel dos factores socio-económicos na identificação e delimitação de fronteiras entre as fases do ciclo de vida, mas nomeadamente na da transição para a vida adulta. Também para os psicólogos são importantes factores como a idade de conclusão da escolaridade, a possibilidade de obtenção de um elevado grau académico, o regime de situação familiar e de ajudas parentais, etc. Todavia, a polémica ainda existente concentra-se na intensidade desta importância para a caracterização desta fase de vida. Arnett (2006), defendendo a sua concordância com o papel destes factores condicionantes e externos ao indivíduo, questiona todavia o quanto importante eles são. O autor inclusive sugere que a importância destes factores para a vida do adulto emergente deve constituir uma hipótese de estudo a investigar, em vez de ser tomada como definitivamente assumida.

A preocupação com o estudo processo de transição para a vida adulta acentuou-se no início no final da década de 70 do século XX e, inicialmente, centrou-se na passagem da escola para o mercado de trabalho (Pimenta, 2007:72). Essa preocupação respondia aos efeitos da crise económica que afectava o mercado de trabalho europeu, e focava-se, sobretudo, no início da vida activa por parte de jovens recém saídos do sistema de ensino. Posteriormente, segundo a autora, a necessidade de orientar políticas públicas especialmente voltadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho impulsionou uma série de estudos que tentaram averiguar quais eram os factores associados à crescente dificuldade de entrada nesse mercado. Todavia, verificou-se que essa dificuldade não era um efeito isolado, mas afectava outras etapas comumente associadas à transição para a vida adulta. Alguns investigadores começaram então a salientar que a via profissional não era a única forma de inserção social dos jovens, mas fazia parte de um processo muito mais complexo de emancipação.

A transição é assim um sistema complexo que articula uma pluralidade de diferentes trajectórias intimamente interligadas e que se influenciam mutuamente (Pimenta, 2007: 35). Esta não se reduz apenas à passagem da escola para o trabalho, mas trata-se de um processo

relacional entre trajectórias escolares e laborais, afectivas e familiares, que contribuem para o processo de “fazer-se adulto” e constituem a biografia de um indivíduo. Esta perspectiva baseia-se no conceito de “curso de vida”.

Segundo Hareven (1978) a noção de curso de vida oferece ao investigador uma abordagem ampla e integral da biografia individual, o que permite interpretar as transições individuais ou familiares como parte de um processo contínuo e interactivo de mudanças sociais. Essa noção ajuda a compreender uma transição na vida individual (tal como sair da casa dos pais ou casar) como parte de um conjunto mais amplo de transições concomitantes e também de uma sequência de transição que se afectam reciprocamente.

Ainda segundo Hareven (1978), o conceito de curso de vida engloba três dimensões fundamentais: a) o tempo que um indivíduo leva a realizar as diversas transições durante a vida; b) a interacção entre as transições individuais e as condições históricas em que elas se realizam; e c) a integração entre as diferentes transições, ou seja, o impacto cumulativo das experiências sobre as fases subsequentes da vida. Do ponto de vista individual, uma questão central quando essa noção é trabalhada é o modo como as pessoas planeiam e organizam as transições e o seu futuro. Do ponto de vista colectivo, isto é, do ponto de vista de uma geração, é importante compreender de que modo o tempo que as pessoas levam para percorrer estas fases é influenciado por factores demográficos, sociais, económicos e culturais. A importância desta teoria assenta na ideia de que as escolhas e decisões tomadas num determinado momento da vida são influenciadas por acontecimentos passados e terão impacto sobre experiências futuras. Abandona-se, assim, uma concepção de trajectória linear em favor de uma perspectiva mais dinâmica, capaz de dar conta da complexidade das transições para a vida adulta dos jovens contemporâneos.

3. Diferenciação Social e Valores

O espaço social caracteriza-se por uma elevada heterogeneidade, isto é, por um conjunto de posições diferenciadas que devem ser analisadas em relação ao todo pois não possuem sentido em si mesmas a não ser na oposição relativa a um conjunto mais largo.

Segundo Bourdieu (1997) é apreendendo as estruturas de um mundo social e aplicando esse modelo a outro sistema que o investigador tem a oportunidade de desvendar as diferenças reais que separam tanto as estruturas como as disposições. Um certo comportamento não deve

ser entendido em si mesmo e por si mesmo, mas há que ver a sua relação no universo das práticas sociais (as relações sociais só podem ser analisadas face a outras relações sociais).

Segundo este autor, o espaço social é uma tipologia, isto é, um conjunto de espaços que estão relacionados com diferentes tipos de capitais (simbólico, prestígio ou poder) e diversos *habitus* (resultantes da apropriação prática das condições sociais de existência), geradores de práticas distintas e distintivas. Em cada campo os actores tendem a interiorizar determinadas acções, havendo assim uma *cumplicidade ontológica* já que os indivíduos agem em conformidade com determinadas posições.

No entanto, actualmente assistimos a uma desconexão dos laços que tradicionalmente prendiam as pessoas a um tempo e a um espaço específicos (o processo de *desenraizamento*, como lhe chama Giddens (1990: 20), alterando gradualmente as distinções de classe e apagando as diferenças entre grupos sociais, isto é, as desigualdades são agora visíveis não em termos de grupo como defendia Bourdieu, mas em termos de *fases da vida* de uma pessoa (Beck, 2002: 49). Cada vez mais, parcelas crescentes da população são expostas a períodos de desemprego, por exemplo, fazendo com que os conflitos sociais ocorram não em termos de diferenças de classe, mas de características socialmente atribuídas como raça, cor da pele, orientação sexual, entre outras (Beck, 2002: 40).

A extrema competitividade do mercado, a rapidez com que vagas são abertas ou fechadas e a substituição dos profissionais, faz com que os indivíduos tentem destacar-se, acumulando novas especializações e experiências no sentido de tornar o seu trabalho e suas qualidades únicas e mais valorizados, isolando-se em grupos sociais homogéneos, acentuando assim o processo de individualização.

As consequências desse processo interferem na estrutura da sociedade e afectam todo o sistema de classes, as relações de género, a divisão social do trabalho e a vida das pessoas ao nível individual. Estas tomadas em conjunto formam a base para a teoria da individualização¹. O termo *individualização* refere-se a um processo complexo, não linear, aberto e altamente ambivalente, que emerge com o desenvolvimento da modernização reflexiva, ainda que não deva ser compreendido como um fenómeno ou uma invenção da segunda metade do século XX, trata-se na realidade de uma nova forma de compreender as suas características. Este processo surge justamente da radicalização das características da modernidade, intensificado a

¹ Conhecida sobretudo a partir dos trabalhos de Ulrich Beck, em *Risk Society*, 1992, *Modernização Reflexiva*, 1995 e *Individualization*, 2002.

partir da década de 1970 e que significa uma espécie de “metamorfose” das relações que envolvem indivíduos e sociedade (Pimenta, 2007: 103).

O conceito de *individualização* implica um conjunto de desenvolvimentos e experiências sociais que se caracterizam, por um lado, pela dissolução dos parâmetros sociais pré-existentes, especificamente a classe e *status* social, os papéis de género, família, comunidade, bem como de modelos de referência sobre os quais assentavam as biografias “normais”. Por outro lado, esses padrões tradicionais têm sido substituídos por novas procuras, controles e constrangimentos impostos aos indivíduos pelo mercado de trabalho, pelas instituições e pelo Estado de Bem-Estar Social, prendendo as pessoas a toda uma rede de regulamentos e condições (Beck, 2002: 2).

Isto significa que as distinções sociais, baseadas anteriormente em parâmetros colectivos, estão a dar lugar a formas e condições de existência individualizadas. Nesse sentido, os indivíduos passam a ser os principais responsáveis pela construção das suas próprias biografias, passam a ser os próprios agentes do seu percurso.

Assim, não é válido falar-se em *grupos sociais* na medida em que o que existe é um espaço social, um espaço de diferenciação, de sistemas dinâmicos com desigualdades e conflitos entre si. Contudo, é possível traçar, hipoteticamente, uma espécie de fronteira entre os indivíduos devido às particularidades das suas acções e à partilha de um mesmo conjunto de representações e valores. Podemos definir classes “recortando regiões do espaço social que reúnem agentes tão homogéneos quanto possível não só do ponto de vista das suas condições de existência, mas também do ponto de vista das suas práticas culturais, dos seus consumos, das suas opiniões políticas, etc.” (Bourdieu, 1997: 16).

Assim, sendo os valores uma questão de comportamento e atitudes dos indivíduos, no caso da psicologia, ou um produto das relações sociais, estando relacionados com normas e representações, no caso da Sociologia, os jovens entre os 18 e 35 anos por viverem numa conjuntura que os leva a ter comportamentos semelhantes, podem ser entendidos como um grupo relativamente homogéneo em termos de universos simbólicos, representações sociais e, como iremos abordar especificamente, em termos de valores.

Ora, embora tenha raízes no início do século passado (Thomas e Znaniecki, 1918, *in* Gouveia *et al*, 1998: 133), o tema dos valores humanos em Psicologia Social constitui-se objecto de pesquisa científica principalmente nas últimas três décadas. Rokeach, com a publicação do seu livro *The nature of human values* (Rokeach, 1973), conseguiu quatro grandes feitos:

- (1) propôs uma abordagem que reuniu aspirações de diversas áreas, como a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia;

- (2) diferenciou os valores de outros conceitos com os quais costumavam ser relacionados, como as atitudes, os interesses e os traços de personalidade;
- (3) apresentou um instrumento que, pela primeira vez, pretendia medir os valores como um construto legítimo e específico; e
- (4) demonstrou a sua centralidade no sistema cognitivo dos indivíduos, reunindo dados sobre os seus antecedentes e consequentes.

Muitos foram os investigadores que seguiram Rokeach (Braithwaite e Law, 1985; Feather, 1984; Schwartz e Bilsky, 1987). Não obstante, três aspectos são geralmente mencionados como problemáticos na sua abordagem: (1) o tipo de medida empregada, que sugere uma dependência entre as pontuações de um mesmo indivíduo; (2) a indefinição da estrutura dos valores; e (3) a restrição das amostras dos seus estudos, realizados principalmente com estudantes universitários norte-americanos. Frente a estas limitações, outros modelos teóricos têm sido propostos (Gouveia *et al.*, 1998), entre os quais se destaca o de Shalom H. Schwartz e dos seus colaboradores (Schwartz e Bilsky, 1987, 1990; Tamayo e Schwartz, 1993; Grad, *et al.*, 1993). O modelo teórico de Schwartz é claramente uma extensão daquele que propôs Rokeach.

Schwartz tem o grande mérito de conseguir reunir em torno da sua teoria dos valores investigadores dos cinco continentes, em mais de 50 países. Desde o começo do seu modelo, o autor manteve-se fiel à sua ideia principal de que existe um conjunto de motivações universais que dão origem e organizam os diversos valores nas diferentes culturas. A sua teoria define um valor como um conceito ou crença do indivíduo sobre uma meta (terminal, instrumental), que transcende às situações e expressa interesses (individualistas, colectivistas ou mistos) correspondentes a um domínio motivacional (hedonismo, universalismo, tradição, etc.), sendo avaliada numa escala de importância como um princípio que guia a sua vida (Schwartz e Bilsky, 1987).

São dez os tipos motivacionais de valores: autodirecção, estimulação, hedonismo, realização, poder, benevolência, conformidade, tradição, segurança e universalismo. No quadro 2 é definido cada tipo de valor de acordo com a teoria de Schwartz.

Quadro 2 – Definição dos valores universais de Schwartz

Dimensões	Conteúdos	Indicadores
Autodirecção	Independência no pensamento e na tomada de decisão, criação e exploração.	- Ser criativo e gostar de fazer as coisas à sua maneira (GF1a). - Gostar de ser livre e não depender de outros (GF1k).
Estimulação	Ter excitação, novidade e mudança na vida.	- Fazer coisas novas e diferentes (GF1f). - Ter uma vida emocionante (GF1o).
Hedonismo	Prazer ou gratificação sensual para a própria pessoa.	- Passar bons momentos (GF1j). - Divertir e passar bons momentos (GF1u).
Realização	Êxito pessoal como resultado da demonstração de competências segundo as normas sociais.	- Ser admirado (GF1d). - Receber o reconhecimento de outros (GF1m).
Poder	Posição e prestígio social, controle ou domínio sobre pessoas e recursos.	- Ser rico (GF1b). - Ser respeitado e obedecido (GF1q).
Benevolência	Preservar e reforçar o bem-estar das pessoas próximas com quem se tem um contacto pessoal frequente e não causal.	- Ajudar os outros (GF1l). - Ser leal com os amigos (GF1r).
Conformidade	Limitar as acções, inclinações e impulsos que possam prejudicar a outros e violar expectativas ou normas sociais.	- Comportar-se como deve ser e evitar ser julgado (GF1p). - Cumprir sempre as regras (GF1g).
Tradição	Respeitar, comprometer-se e aceitar os costumes e as ideias que a cultura tradicional ou a religião impõem à pessoa.	- Agir de acordo com a família e tradição (GF1t). - Ser humilde e modesto (GF1i).
Segurança	Conseguir segurança, harmonia e estabilidade na sociedade, nas relações interpessoais e na própria pessoa.	- Evitar o que ponha a sua segurança em risco (GF1e). - Quer que o Estado seja forte de forma a garantir a segurança dos cidadãos (GF1n).
Universalismo	Compreensão, apreço, tolerância e protecção em direcção ao bem-estar de toda a gente e da natureza.	- Acredita na igualdade de oportunidades para todos (GF1c). - Proteger o ambiente é importante (GF1s). - Aceita ideias diferentes das suas e tenta compreendê-las (GF1h).

Fonte: Gouveia *et al.*, 2001

Estes tipos de valores são derivados de três requisitos humanos universais: as necessidades básicas (organismo), os motivos sociais (interacção) e as exigências institucionais para o bem-estar e a sobrevivência dos grupos. Em função de quem beneficia quando o indivíduo adopta ou se comporta de acordo com cada tipo de valor, estes autores definem os diferentes interesses que podem cumprir: individualista (poder, realização, hedonismo, estimulação e autodirecção), colectivista (tradição, conformidade e benevolência) ou misto (segurança e universalismo). Uma outra forma de considerar os tipos de valores é em função das suas dimensões de ordem superior, a saber (Schwartz, 1994): auto-promoção vs. auto-transcendência e abertura à mudança vs. conservação (figura 1).

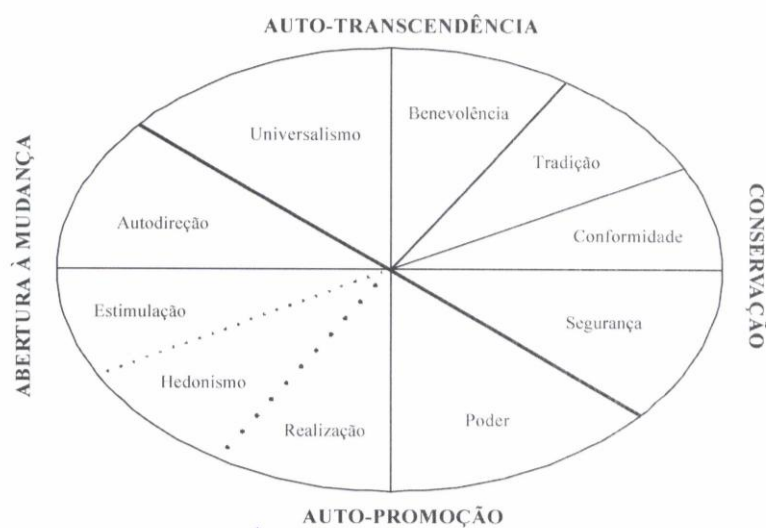
Segundo Sagiv e Schwartz (1995: 438), as “acções empreendidas na consecução de um tipo de valor têm consequências psicológicas, práticas e sociais que podem ser conflituosas ou compatíveis com a perseguição de um outro tipo de valor”. Como apresentados na figura, os

tipos de valores são organizados numa estrutura circular, significando que os adjacentes são compatíveis e os localizados em extremos opostos representam conflitos.

Quanto mais próximos os tipos em qualquer direcção em redor do círculo, mais similares são as motivações subjacentes. Quanto mais distantes os tipos, mais antagónicas são as motivações subjacentes.

Os conflitos e congruências entre todos os tipos de valores formam uma estrutura integrada de valores. Esta estrutura pode ser sintetizada com duas dimensões ortogonais. Na dimensão auto-promoção vs. auto-transcendência, os valores de poder e realização opõem-se aos valores de universalismo e benevolência. Os primeiros enfatizam a procura de interesses pessoais, por outro lado os dois últimos envolvem preocupação com o bem-estar e interesses dos outros. Na dimensão abertura à mudança vs. conservadorismo, os valores de auto-direcção e estimulação opõem-se aos valores de segurança, conformidade e tradição. Os primeiros enfatizam a acção independente, pensamento, sentimento e disponibilidade para uma nova experiência, por outro lado os últimos enfatizam auto-restricção, ordem e resistência à mudança. O hedonismo, contudo, partilha elementos das dimensões abertura à mudança e auto-promoção.

Figura 1 – Estrutura bidimensional dos Tipos Motivacionais



Fonte: Gouveia *et al.*, 2001: 136

4. Objectivos e hipóteses do estudo

O contributo para a caracterização e medida da heterogeneidade presente na fase de transição para a vida adulta é um dos principais objectivos deste estudo de natureza quantitativa, concretizado pela aplicação de técnicas de estatística multivariada aos dados de 23 países europeus recolhidos pelo *European Social Survey* (módulo de 2006). Com base em variáveis socio-demográficas, psico-sociais e valores, a análise estatística realizada a estes dados permitirá aferir sobre a existência de diferenças entre os europeus dos 18 aos 35 anos.

A questão de partida que este estudo pretende investigar é a seguinte: é expectável que os jovens entre os 18 e 35 anos possam ter diferentes percursos de vida e perfis socio-demográficos (habilitações literárias, situação profissional e situação familiar), mas será que essas diferenças também são significativas quando se analisam os valores por eles defendidos?

O principal objectivo deste estudo é então verificar se os indivíduos deste escalão etário apresentam semelhanças na identificação com os valores de Schwartz, apesar de terem perfis socio-demográficos diferentes.

Assim, será realizada uma segmentação com base em variáveis socio-demográficas (idade, dimensão do agregado familiar, situação profissional (trabalho remunerado, a estudar ou trabalho doméstico), situação familiar (vive ou viveu com o cônjuge ou companheiro, é ou foi casado, é pai ou mãe biológico) e com base nas dimensões de valores de Schwartz (autodirecção, estimulação, hedonismo, realização, poder, benevolência, conformidade, tradição, segurança e universalismo). A escolha das variáveis socio-demográficas deve-se essencialmente ao facto de nas teorias tradicionais serem estas as variáveis que definem o que é ser adulto. Quanto à escolha dos valores, incidiremos na estrutura motivacional dos valores humanos por se tratar de um sistema de valores sólido, testado e corroborado internacionalmente.

5. Os dados

O *European Social Survey* (ESS) é um projecto bienal, que tem como principal objectivo estudar atitudes e valores dos europeus numa perspectiva comparativa e longitudinal. Este projecto envolve uma rede de pesquisa de países europeus comunitários e não-comunitários.

Na base de dados utilizada constam os seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Letónia, Noruega, Polónia, Portugal², Reino Unido, Roménia, Rússia, Suécia, Suíça, Ucrânia.

O ESS é um projecto de investigação que segue procedimentos metodológicos rigorosos para medir de forma permanente atitudes, valores, crenças e orientações comportamentais dos europeus em relação a uma variedade de temas sociais relevantes. O questionário é aplicado a amostras representativas das populações dos países participantes. O universo é constituído pelos residentes, com 15 ou mais anos, sem limite superior, independentemente da sua nacionalidade ou situação legal.

O questionário é constituído por um módulo fixo e dois ou três módulos rotativos. O módulo fixo pretende medir continuidades e mudanças nos seguintes domínios:

- Utilização dos media;
- Participação e valores socio-políticos;
- Bem-estar, saúde e segurança, identidade nacional, étnica e religiosa;
- Caracterização socio-demográfica;
- Valores sociais de acordo com os indicadores e dimensões de Schwartz.

O módulo rotativo de 2006 baseia-se no domínio do Bem-estar Pessoal e Social; Organização do Percurso de Vida.

Para concretizar esta análise e responder aos objectivos do estudo recorreu-se aos dados do ESS de 2006, seleccionando para o efeito apenas os indivíduos de ambos os sexos entre os 18 e 35 anos, obtendo-se, assim, uma amostra de 11.668 indivíduos repartida pelos diferentes países de acordo com o quadro seguinte. O peso de cada país na amostra global varia entre 2,3% e 6,8%, o que em termos absolutos representa dimensões amostrais entre 271 (Chipre) e 789 (Federação Russa) indivíduos.

A amostra recolhida pode ser caracterizada do seguinte modo em termos das variáveis demográficas e familiares:

² Em Portugal, a execução do projecto é assegurada por um consórcio entre o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Quadro 3 – Caracterização da amostra em termos sócio-demográficos

Nr.	%	Idade		Alguma vez viveu com um cônjuge/companheiro durante 3 meses ou mais	Estado Civil		Alguma vez foi mãe ou pai biológico de uma criança	Dimensão do agregado familiar	Trabalho Remunerado	Estuda	Faz trabalho doméstico	
		Média	Desvio Padrão	Sim	Casado	União de Facto	Sim	Nº. Pessoas	Sim			
Áustria	706	6	25,9	5,4	42,2%	15,7%	0,0%	19,8%	3,0	90,7%	25,5%	18,1%
Bélgica	469	4	26,7	5,5	54,8%	23,5%	15,4%	35,5%	3,3	81,7%	19,2%	15,1%
Bulgária	321	2,8	26,8	5,2	57,9%	36,3%	0,0%	46,3%	3,4	76,7%	19,7%	25,6%
Suíça	422	3,6	28,6	5,2	58,9%	35,8%	2,6%	31,8%	2,6	95,3%	15,5%	25,4%
Chipre	271	2,3	27,4	4,8	45,0%	32,8%	0,0%	27,8%	3,5	87,2%	6,1%	20,5%
Alemanha	666	5,7	26,9	5,3	55,2%	25,5%	2,7%	29,9%	2,8	84,3%	26,8%	29,5%
Dinamarca	335	2,9	28,1	5,4	73,3%	29,0%	1,2%	41,4%	2,8	96,7%	28,7%	28,7%
Estónia	423	3,6	26,4	5,5	58,6%	23,4%	0,0%	37,1%	3,1	84,7%	27,9%	8,5%
Espanha	596	5,1	27,5	5,2	46,5%	27,2%	5,4%	25,5%	3,4	88,1%	17,2%	7,7%
Finlândia	471	4	27,2	4,9	71,3%	28,5%	0,0%	34,0%	2,6	96,6%	25,9%	7,9%
França	542	4,6	28,5	5,3	68,6%	31,9%	4,8%	42,6%	3,0	92,0%	13,8%	8,4%
Reino Unido	617	5,3	27,8	5,2	60,6%	26,7%	10,3%	39,1%	2,8	94,6%	11,5%	18,1%
Hungria	402	3,4	28,1	5,0	59,0%	31,6%	14,7%	40,0%	3,3	87,2%	20,5%	33,5%
Irlanda	524	4,5	28,1	4,9	54,8%	28,1%	0,0%	34,9%	3,3	93,8%	13,0%	27,9%
Holanda	464	4	28,6	5,0	63,7%	32,1%	9,8%	32,5%	2,5	95,2%	18,5%	34,1%
Noruega	485	4,2	27,5	5,2	67,4%	23,9%	5,0%	37,4%	2,7	96,5%	23,9%	23,1%
Polónia	551	4,7	26,3	5,2	51,7%	41,5%	0,0%	38,2%	4,0	82,0%	28,4%	18,0%
Portugal	585	5	27,7	5,1	48,8%	33,0%	0,0%	35,3%	3,2	83,1%	19,8%	8,3%
Federação Russa	789	6,8	26,6	5,4	55,2%	39,3%	0,0%	45,3%	2,9	83,2%	23,9%	20,4%
Suécia	536	4,6	27,0	5,3	71,5%	19,1%	0,6%	33,6%	2,7	87,5%	24,8%	3,4%
Eslovénia	397	3,4	26,8	5,2	47,5%	19,0%	24,4%	32,4%	3,7	83,8%	39,0%	24,9%
Eslováquia	601	5,2	26,7	5,2	50,7%	35,1%	8,7%	37,2%	3,9	80,0%	19,3%	21,5%
Ucrânia	495	4,2	26,9	5,1	58,7%	57,6%	0,0%	53,6%	3,3	85,3%	17,4%	28,9%
Total	11668	100										

Se olharmos para as idades médias em cada país, verificamos que a amostra da Suíça, França, Hungria, Irlanda e Holanda é mais velha comparativamente com os restantes países, ao passo que a Áustria apresenta a média de idades mais baixa. Quanto ao facto de já ter experiência de vida com o companheiro, os indivíduos da Dinamarca, Finlândia e Suécia são aqueles que mais viveram com o cônjuge ou companheiro durante 3 meses ou mais, enquanto que a Áustria, provavelmente associado à idade, é o país onde a percentagem de jovens que já viveram com cônjuge ou companheiro é mais baixa. Em relação ao estado civil, em todos os países é mais comum os indivíduos serem casados do que viverem em união de facto. Verifica-se que na faixa etária entre os 18 e 35 anos, é na Bulgária, Suíça, Polónia, Federação Russa, Eslováquia e Ucrânia onde há um maior número de indivíduos casados, sendo a Áustria o país onde o matrimónio é menos frequente. No que diz respeito ao facto de já ser mãe ou pai, é na Bulgária, Federação Russa e Ucrânia onde se registam as percentagens mais elevadas, sendo a Áustria novamente o país que regista a mais baixa percentagem. Quanto à

dimensão do agregado familiar, este é maior na Polónia, sendo a Holanda o país onde, em média, a dimensão do agregado familiar é menor. Relativamente ao trabalho remunerado, todos os países apresentam uma elevada empregabilidade, sendo a Dinamarca, Finlândia e Noruega os países que apresentam percentagens mais elevadas. Ainda relativamente a este indicador, destaca-se o facto de ser a Bulgária o país onde os jovens entre os 18 e 35 anos menos têm um trabalho remunerado. É na Bulgária, Polónia e Ucrânia que a percentagem de jovens que já estiveram desempregados é maior. O Chipre e a Suíça caracterizam-se por ser os países que menores percentagens apresentam neste indicador. A Alemanha, a Dinamarca, a Estónia e, sobretudo, a Eslováquia destacam-se por serem os países onde é mais elevada a percentagem de jovens entre os 18 e os 35 anos que estudam, por outro lado, o Chipre destaca-se por ser o país onde existe a menor percentagem de estudantes. Por fim, relativamente ao trabalho doméstico, são a Hungria e a Holanda os países que apresentam percentagens mais elevadas.

6. Metodologia

Numa primeira fase da análise será utilizada a Análise Factorial Confirmatória (AFC) para avaliar se as dimensões de Schwartz se ajustam aos dados e, mediante um diagrama de caminhos, verificar se é significativa a relação entre as variáveis independentes e observáveis e as dimensões latentes, ou seja, os valores não directamente mensuráveis. A AFC pode ser incluída na família mais abrangente dos Modelos de Equações Estruturais (SEM, *Structural Equation Models*) ou sistemas de equações simultâneas, que inclui ainda a *path analysis* e a análise de estruturas de covariância (Salgueiro e Reis, 2000, Byrne, 1998). São técnicas confirmatórias que permitem a estimação de relações de dependência múltiplas e inter-relacionadas a partir de variáveis observadas e construtos não observados, as chamadas variáveis latentes. O modelo de medida inclui as relações entre variáveis observadas e latentes; as relações entre variáveis latentes constituem a componente estrutural do modelo. A AFC pode ser entendida como um sub-modelo SEM ou caso particular, uma vez que se limita ao modelo de medida.

Um dos aspectos mais controversos na aplicação dos SEM é decidir se o modelo se ajusta adequadamente aos dados. Foi desenvolvido um grande número de medidas de avaliação do ajustamento do modelo que podem ser agrupadas em três tipos: medidas de ajustamento

absoluto, medidas de ajustamento incremental e medidas de ajustamento *parsimonious*. As primeiras determinam o grau com que o modelo global estimado prevê a matriz de variância-covariância observada. No segundo tipo de medidas compara-se o modelo proposto com outro de referência e o terceiro grupo de medidas toma em consideração o número de parâmetros a estimar com o objectivo de saber se o ajustamento foi conseguido à custa de sobre-identificação, com um número excessivo de parâmetros (Salgueiro, 1995). Uma vez que não existem valores de referência para todas estas medidas, a utilização de algumas limita-se à comparação entre modelos.

Neste estudo, para avaliar o ajustamento do modelo serão considerados diferentes medidas de ajustamento absoluto e *parsimonious* (Marcoulides e Hershberger, 1997, Arbuckle e Wothke, 1999), o indicador de bondade do ajustamento do χ^2 , muito utilizado, é geralmente demasiado elevado e significativo em presença de amostras de grande dimensão (Joreskog e Sorbom, 1989). O quociente entre o valor da estatística de χ^2 e os graus de liberdade permite uma melhor avaliação da bondade do ajustamento, mas tende a ser também muito sensível à dimensão da amostra, sendo considerado aceitável para valores entre 2 e 5; quer o GFI (*Goodness of Fit Index*, que mede a quantidade de variância e covariância conjuntamente explicadas pelo modelo), quer o AGFI (*Adjusted Goodness of Fit Index*) indiciam bons ajustamentos para valores superiores ou iguais a 0,90. Outra medida proposta é a RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*), uma medida de ajustamento que toma em consideração o erro de aproximação à população e a precisão da medida em si mesma, indicando ajustamentos aceitáveis para valores inferiores a 0,08 e bons no caso de serem inferiores a 0,05. Se o erro de aproximação à população for muito elevado o modelo deve ser rejeitado (Salgueiro, 1995).

Neste estudo, a aplicação da AFC será feita com recurso ao software LISREL³.

Numa segunda fase será feita o agrupamento dos indivíduos, com o objectivo de encontrar grupos em que exista, simultaneamente, elevada homogeneidade intra grupos e heterogeneidade inter grupos. Para tal, recorrer-se-á aos Modelos de Mistura Finita ou de Segmentos Latentes⁴, os quais têm as seguintes vantagens relativamente aos métodos

³ Karl Jöreskog, um dos estatísticos de psicometria, é vulgarmente reconhecido como o grande promotor dos métodos de equações estruturais, particularmente em modelos que incluam variáveis latentes. O LISREL (*Linear Structural Relations*) de Jöreskog e Sorbom, tem sido o software estatístico inequivocamente responsável pela crescente divulgação e popularidade destes modelos.

⁴ O termo “mistura” pressupõe a existência de subgrupos homogêneos (componentes da mistura). No entanto, alguns autores da área do marketing utilizam a terminologia “classes ou segmentos latentes” para identificar este

tradicionais de agrupamento: não têm de respeitar pressupostos, lidam com variáveis base de agrupamento de diversas naturezas sem necessidade de fazer transformações prévias aos seus valores (como acontece nos métodos hierárquicos onde a base de partida é a transformação das variáveis originais numa medida de (dis)semelhança) e, por se basear num modelo probabilístico, permite modelar dados de diferentes naturezas.

Os modelos de mistura assumem que os indivíduos provêm de agrupamentos ou sub-populações homogéneos, misturados em proporções desconhecidas (Wedel e Kamakura, 1999). Não se conhece o agrupamento a que cada indivíduo pertence nem o número de agrupamentos, sendo estes não observáveis directamente. O objectivo da análise é identificar as componentes de mistura ou sub-populações, de forma a recuperar a estrutura real subjacente aos dados, ou seja, o objectivo destes modelos é o de desfazer as misturas de forma a revelar o número de agrupamentos e a caracterização das respectivas estruturas que compõem a população em análise.

Neste método o número de segmentos é dado como um input, e esse número pode ser sugerido por uma análise gráfica, ou por uma análise hierárquica de agrupamentos. Os modelos de mistura finitos modelam relações entre as variáveis base e permitem ainda que se afectem novas observações aos segmentos constituídos. Pode ter uma estrutura de segmentos probabilística ou difusa, sendo que a primeira se traduz na probabilidade de afectação que deverá basear uma decisão de afectação de cada entidade a cada segmento, e a difusa, baseia-se no grau de pertença de uma entidade a um segmento.

O método tradicional de máxima verosimilhança para estimação dos parâmetros do modelo não consegue solucionar as equações demasiado complexas impostas pelos modelos de mistura pelo que foi sugerida a utilização do algoritmo Esperança-Maximização (*EM - Expectation-Maximization*) para maximizar as funções de verosimilhança destes modelos (DeSarbo *et al.*, 1995).

Este algoritmo, proposto originalmente por Dempster *et al.* (1977), é um processo iterativo bastante geral de estimação de modelo na presença de informação incompleta, isto é, quando existem valores omissos. No contexto de modelos de mistura finita, a forma iterativa do algoritmo EM torna-se, em geral, extremamente simples, o que justifica parcialmente a sua popularidade neste contexto.

Este começa por fixar um número de segmentos e vai procurando maximizar o logaritmo da verosimilhança. Na etapa E substituem-se dados incompletos por valores esperados, para se

tipo de modelos. De facto, as primeiras aplicações dos modelos de mistura em marketing são casos especiais da aplicação a variáveis discretas.

obter uma estimativa dos pesos, enquanto que na etapa M se obtêm novas estimativas para os restantes parâmetros do modelo, de modo a maximizar a função de verosimilhança. Em cada passo o EM converge, isto é, chega a um óptimo. A paragem do algoritmo é decidida em função da grandeza do incremento de verosimilhança. Numa segunda fase, o algoritmo Newton-Raphson ajuda a acelerar o processo, assim, combinando a estabilidade do EM com a rapidez do Newton-Raphson.

O processo de estimação de um modelo de mistura só pode ser efectuado definindo a priori o número de grupos. A escolha do número de grupos é uma decisão crucial e para que seja menos arbitrária usam-se os critérios de informação BIC (*Bayesian Information Criteria*) e AIC (*Akaike Information Criteria*). Estas medidas tentam estabelecer um equilíbrio entre a maximização da verosimilhança (ou um aumento na bondade do ajustamento verificado) e a complexidade do modelo (ou seja, o aumento no número de parâmetros a estimar), sendo considerados indicadores consistentes para amostras de grande dimensão.

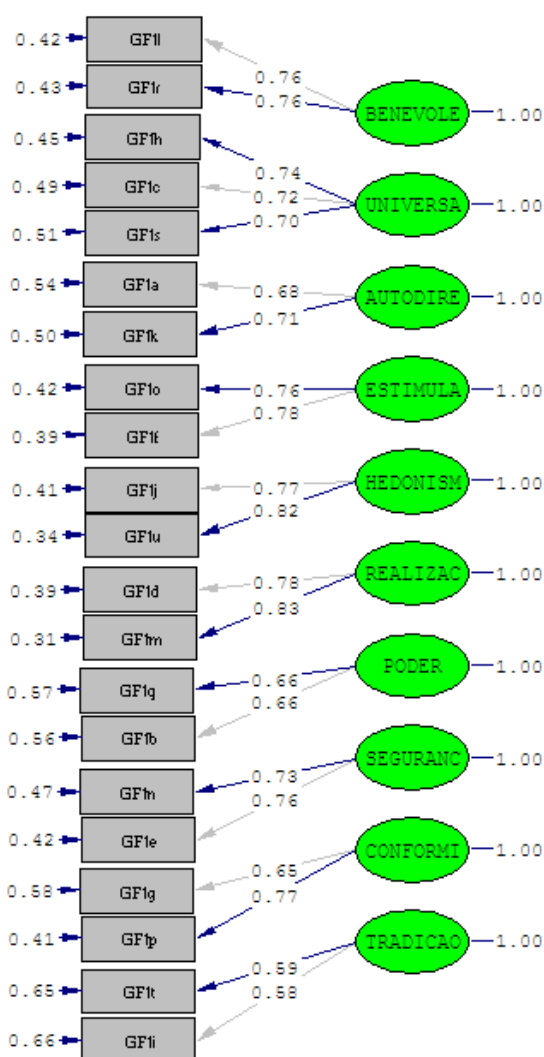
Neste estudo, o ajustamento aos modelos de mistura finita será feita com recurso ao software Latent Gold.

7. Resultados

Com o objectivo de verificar se as dimensões dos valores de Schwartz se ajustavam aos dados foi aplicada uma AFC, cujo diagrama é apresentado na figura 2. Verifica-se que as variáveis latentes são medidas pelos indicadores, pois quase todos os coeficientes de regressão dos indicadores sobre as latentes (λ_x) são superiores a 0,7 e nenhum é inferior a 0,5.

Uma vez obtidas as estimativas dos parâmetros, importa analisar o ajustamento do modelo proposto e os dados disponíveis: quer o GFI, quer o AGFI indicam um bom ajustamento, enquanto que o valor de RMSEA aponta para um ajustamento aceitável. Todavia, o melhor guia no ajustamento do modelo é um forte suporte teórico, o que se verifica neste caso uma vez que a teoria dos valores universais de Schwartz foi já testada em termos de validade e fiabilidade. Posto isto, estão reunidas as condições necessárias para que as dez dimensões anteriores façam parte das variáveis base de agrupamento.

Figura 2 – Modelo de medida dos valores de Schwartz



Degrees of Freedom = 144; Minimum Fit Function Chi-Square = 6822.409 (P = 0.0)
 Goodness of Fit Index (GFI) = 0.945; Adjusted Goodness of Fit Index (AGFI) = 0.911
 Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) = 0.0646; P-Value for Test of Close Fit (RMSEA < 0.05)
 = 0.000

Assim, confirmadas as dez dimensões de Schwartz relativas aos valores foram construídos índices aditivos a partir das respectivas variáveis⁵.

Em termos médios e de acordo com o quadro 4, verifica-se que existe uma identificação com todos os valores (médias <3,5), sendo os valores *Universalismo*, *Auto Direcção* e principalmente *Benevolência* aqueles com quais os indivíduos mais se identificam e onde as

⁵ A escala de identificação dos valores varia entre 1 = *exactamente como eu* e 6 = *não tem nada a ver comigo*. Trata-se, assim, de uma escala invertida em que códigos mais baixos indicam maior identificação e vice-versa.

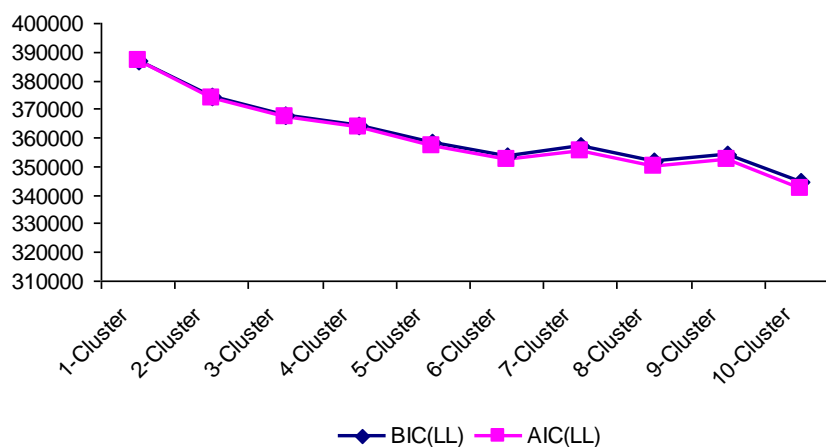
opiniões são mais homogêneas (apresentam menores desvios padrão). Por outro lado, o *Estímulo*, a *Tradição*, o *Poder* e o *Conformismo* são os mais desprezados, mas também os que apresentam opiniões mais divergentes. Estamos, assim, perante um grupo etário que se identifica com as dimensões de auto-transcendência e de abertura à mudança, desvalorizando um pouco mais as dimensões conservadoras e de auto-promoção.

Quadro 4 – Estatísticas descritivas para as dimensões dos valores de Schwartz

	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Mediana	Moda
Benevolência	2,14	0,77	6	1	2	2
Universalismo	2,27	0,76	6	1	2,33	2
Auto-direcção	2,31	0,85	6	1	2	2
Estimulação	2,99	1,09	6	1	3	3
Hedonismo	2,6	1,06	6	1	2,5	2
Realização	2,81	1,07	6	1	2,5	2
Poder	3,41	1,06	6	1	3,5	3,5
Segurança	2,49	1	6	1	2,5	2
Conformismo	3,14	1,06	6	1	3	3
Tradição	3	0,99	6	1	3	3

Em seguida, utilizando como variáveis de input as dez dimensões dos valores de Schwartz e ainda as variáveis de caracterização demográfica e familiar foram aplicados modelos de mistura finita para segmentar a amostra. Para a escolha do número de grupos foram considerados dois critérios de informação, o BIC e AIC, ambos apontando para a escolha da solução de 6 segmentos (figura 3).

Figura 3 – Identificação do número de segmentos a partir dos critérios de BIC e AIC



Em termos de dimensão relativa cada grupo representa entre 12% e 22% da amostra global (quadro 5). Relativamente à idade, os indivíduos dos grupos 1 e 4 são, em média, os mais velhos (31 e 28 anos, respectivamente) e os do grupo 2 os mais novos (em média 21 anos). Os restantes grupos apresentam médias etárias semelhantes e que variam entre 25,8 e 27,3 anos.

Também se encontram diferentes perfis no que respeita à situação profissional e familiar dos seis grupos e que podem ser descritos do seguinte modo:

- Os indivíduos do grupo 1 apresentam elevada probabilidade de exercer trabalho pago e/ou doméstico, de não estudarem, já terem vivido com um cônjuge ou companheiro, serem ou já terem sido casados, serem pais/mães biológicos e viverem em agregados de dimensão média elevada (3,7);
- Os do grupo 4 apresentam elevada probabilidade de exercer trabalho pago e/ou doméstico, de não estudarem, já terem vivido com um companheiro, mas reduzida probabilidade de serem ou já terem sido casados e serem pais/mães biológicos; vivem nos agregados de menor dimensão média (1,8);
- O grupo 5 é semelhante ao grupo anterior, com excepção das seguintes características onde as diferenças são evidentes: ligeira menor probabilidade de trabalho pago e maior de realizar trabalho doméstico; ligeira menor probabilidade de viverem com o cônjuge mas maior de serem casados e de serem pais /mães biológicos; vivem em agregados com maior dimensão média (3,6);
- Os indivíduos dos grupos 3 e 6 são muito semelhantes em termos de características profissionais e familiares e relativamente aos grupos anteriores tem uma menor probabilidade de terem trabalho pago, um pouco maior de fazerem trabalho doméstico ou de estudarem, menor probabilidade de terem vivido com cônjuge ou companheiro, serem ou terem sido casados e serem pais/mães biológicos; vivem em agregados de dimensão ligeiramente menor (3,4 e 3,6);
- No grupo 2 os indivíduos são maioritariamente estudantes embora possam também ter trabalho pago, são solteiros e muito poucos viveram ou vivem com companheiro, não têm filhos biológicos e vivem nos agregados de maior dimensão média;

Quadro 5 – Caracterização dos grupos

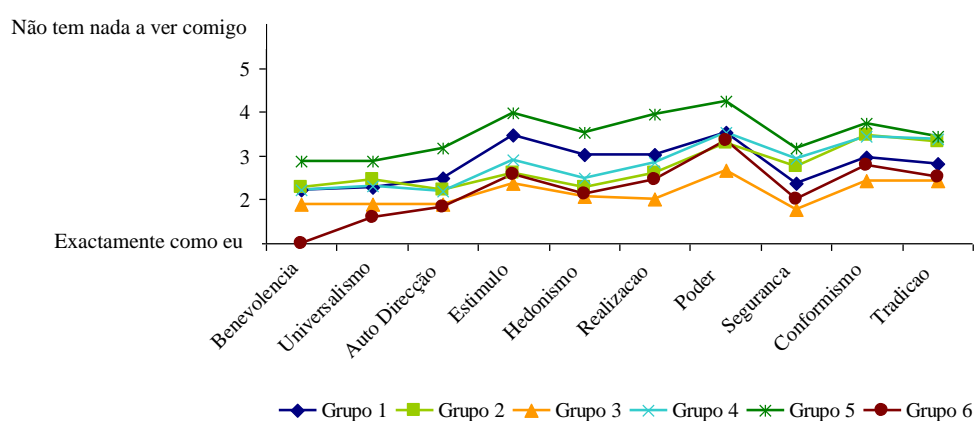
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6
Dimensão dos Grupos		22,3%	22,0%	16,2%	14,7%	12,9%	11,9%
Idade		30,98	20,72	25,80	28,00	27,33	26,75
Valores	Benevolencia	2,21	2,29	1,88	2,23	2,86	1,00
	Universalismo	2,29	2,47	1,89	2,32	2,88	1,60
	Auto_direccao	2,50	2,22	1,88	2,19	3,16	1,84
	Estimulo	3,47	2,61	2,38	2,90	3,98	2,57
	Hedonismo	3,02	2,27	2,08	2,47	3,53	2,12
	Realizacao	3,03	2,61	2,00	2,85	3,95	2,47
	Poder	3,53	3,29	2,66	3,53	4,25	3,34
	Seguranca	2,36	2,75	1,77	2,94	3,19	2,02
	Conformismo	2,98	3,47	2,43	3,43	3,74	2,79
Tradicao	2,81	3,32	2,41	3,37	3,44	2,51	
Situação Profissional	Trabalho pago						
	Não	0,20	0,59	0,31	0,15	0,40	0,34
	Sim	0,80	0,41	0,69	0,85	0,60	0,66
	A Estudar						
	Não	0,97	0,45	0,78	0,84	0,86	0,78
	Sim	0,03	0,55	0,23	0,16	0,14	0,22
Situação doméstico	Trabalho doméstico						
	Não	0,69	0,92	0,85	0,85	0,74	0,79
	Sim	0,31	0,08	0,15	0,15	0,26	0,21
Situação Familiar	Alguma vez viveu com o cônjuge ou companheiro?						
	Sim	0,88	0,10	0,47	0,81	0,63	0,60
	Não	0,12	0,90	0,53	0,19	0,37	0,40
	É ou foi casado?						
	Sim	0,71	0,01	0,27	0,22	0,39	0,33
	Não	0,29	0,99	0,73	0,78	0,61	0,67
É pai ou mãe biológico?	É pai ou mãe biológico?						
	Sim	0,86	0,03	0,30	0,04	0,49	0,35
	Não	0,14	0,97	0,70	0,96	0,51	0,65
Dimensão do agregado familiar		3,70	3,73	3,57	1,79	3,64	3,35

Importa agora analisar até que ponto os diferentes perfis demográficos e familiares estão associados a diferentes importâncias atribuídas às dimensões dos valores de Schwartz (figura 4):

- O grupo 5 é o que menos se identifica, em média, com qualquer dos valores, apenas apresentando médias inferiores a 3 para as dimensões Benevolência e Universalismo e distinguindo-se dos restantes grupos pela menor identificação com todas as dimensões de Auto-promoção e Abertura à mudança;
- Os indivíduos do grupo 1 apresentam algumas semelhanças com o grupo anterior pela fraca identificação com o Estímulo e o Hedonismo, mas diferem na identificação mais elevada com as dimensões de Conservação (Segurança, Conformismo e Tradição)
- Os do grupo 4 apresentam uma elevada identificação com as dimensões de Auto-transcendência mas também com as de Abertura à Mudança, sendo o Poder, o Conformismo e a Tradição as dimensões com que menos se identificam;

- Os indivíduos dos grupos 3 e 6 são os que mais se identificam com todos os valores em geral; no entanto, enquanto que para o grupo 6 são mais valorizadas as dimensões de Auto-transcendência (Benevolência e Universalismo), o grupo 3 identifica-se também com os valores de Auto-promoção e Segurança;
- No grupo 2 é elevada a identificação média com a Abertura à Mudança e a Auto-Promoção (Hedonismo, Estímulo e Realização), sendo um dos grupos que menos se identifica com o Conformismo e a Tradição.

Figura 4 – Caracterização dos segmentos em termos dos valores de Schwartz (médias)



8. Conclusões

A partir de uma sub-amostra de indivíduos com idades entre os 18 e os 35 anos de idade, recolhida pelo ESS em 2006, é possível identificar seis grupos ou segmentos com base em variáveis de caracterização demográfica e familiar e ainda a partir dos valores com que se identificam, medidos a partir da escala desenvolvida por Schwartz.

Em termos de valores, o grupo 1 e 5 são semelhantes uma vez que são os mais indiferentes relativamente aos valores. No entanto, em termos familiares estes apresentam diferenças, sendo os indivíduos do grupo 1 os que apresentam maior probabilidade de serem casados e de terem filhos biológicos.

Também os grupos 2 e 4 são muito idênticos em termos de valores, na medida em que se identificam de forma muito semelhante com cada um dos valores, sendo que ambos menosprezam o Poder, o Conformismo e a Tradição. Porém, tratando-se do grupo dos mais novos, no grupo 2 a probabilidade de estar a estudar é maior, enquanto que no grupo 4

estamos perante indivíduos que já possuem independência financeira uma vez que a probabilidade de ter um trabalho remunerado é superior a 0,8 o que se reflecte também na probabilidade elevada de já viverem com o cônjuge ou companheiro.

Por sua vez, os grupos 3 e 6 são os que mais se identificam com um maior número de valores, sendo também muito semelhantes quanto à sua situação profissional e familiar, distinguindo-se apenas pelo facto de no grupo 6 a probabilidade de viver com o cônjuge e companheiro ser maior.

Em resumo:

- Os indivíduos do grupo 1, mais velhos, financeiramente independentes, empregados, casados e com filhos, apresentam uma maior identificação média com as dimensões de Auto-transcendência, mas também com as dimensões de Conservação (Segurança, Conformismo e Tradição). Designa-se, pois, de *Jovens Adultos Tradicionais* ou *Afiliados*, isto é, os jovens que mais se aproximam do perfil de adulto e que mais se identificam com valores tradicionais.
- Os do grupo 2 são os mais jovens, financeiramente dependentes, estudantes ou trabalhadores-estudantes, solteiros, sem filhos e a viver com outros, apresentam elevada identificação média com a Abertura à Mudança e a Auto-Promoção (Hedonismo, Estímulo e Realização), sendo um dos grupos que menos se identifica com o Conformismo e a Tradição. Denominam-se de *Jovens Genuínos* ou *Eu-Eu*, já que continuam dependentes de outros, e identificam-se mais com valores ligados ao prazer e satisfação pessoal, rejeitam os valores tradicionais, vivem o instante, são impulsivos, activos e procuram uma vida intensa e emocional.
- O grupo 3 apresenta características demográficas mistas por serem empregados, mas também estudantes e domésticos, podendo já ter vivido ou não com companheiro, embora sejam maioritariamente solteiros e sem filhos; distinguem-se dos restantes grupos pela maior identificação com todos os valores em particular com as dimensões de Auto-promoção e Auto-transcendência. Este grupo denominar-se-á de *Jovens Ambiciosos*.
- Os do grupo 4 são financeiramente independentes, empregados, já viveram ou vivem com companheiro, solteiros e sem filhos; têm uma elevada identificação com as dimensões de Auto-transcendência mas também com as de Abertura à Mudança, sendo o Poder, o Conformismo e a Tradição os valores com que menos se identificam. São os *Adultos Emergentes* ou *Pragmáticos*.

- O grupo 5 é um grupo misto, empregados, alguns estudantes e domésticos, já viveram ou vivem com companheiro, solteiros, com e sem filhos, sendo o que menos se identifica, em média, com qualquer um dos valores; a indiferença é equilibrada com alguma ligeira maior identificação com as dimensões de Auto-transcendência; É o grupo dos *Indiferenciados* ou *Indiferentes*, já que não possuem um perfil demográfico bem definido, e em termos de valores não manifestam uma posição definida.
- Os indivíduos do grupo 6 são semelhantes em termos demográficos e familiares aos do grupo 3, (empregados, alguns estudantes e domésticos, podendo ou não ter já vivido com companheiros, maioritariamente solteiros e sem filhos) distinguem-se pela máxima identificação com as dimensões de Auto-transcendência. Designam-se, assim, de *Jovens Acomodados*.

Embora hajam algumas diferenças entre os níveis de identificação com valores nos vários grupos, é nas variáveis socio-demográficas que estes mais se distinguem, apresentando perfis, na maioria dos casos, bem definidos. Isto é, de uma forma geral todos os grupos seguem a mesma tendência na identificação com os valores, diferenciando-se apenas dos restantes por apresentarem médias diferentes. Por exemplo, se observarmos a figura 4, verificamos que os grupos identificam-se principalmente com os valores da dimensão Auto-transcendência, distinguindo-se apenas nos níveis de identificação que apresentam. Os grupos 5 e 6, por exemplo, embora apresentem níveis médios muito diferentes, ambos dão maior importância aos valores *Universalismo* e *Benevolência* em detrimento dos restantes valores. Ainda relativamente aos valores, situações que podemos destacar por serem pouco comuns consistem no facto dos grupos dos *Jovens Genuínos* e *Adultos Emergentes ou Pragmáticos* se identificarem mais com os valores de *Auto-Direcção* (apesar de apresentarem valores muito próximos dos valores *Benevolência* e *Universalismo*), e dos *Jovens Ambiciosos* se identificarem de igual forma com os valores *Benevolência* e *Auto-Direcção*.

Relativamente aos *Jovens Genuínos* e *Adultos Emergentes ou Pragmáticos* terem em comum o facto de se identificarem mais com o valor *Auto-Direcção*, poderá estar relacionado com a sua situação familiar de serem os que apresentam menor probabilidade de terem filhos.

Assim, poder-se-á constatar que, apesar dos jovens entre os 18 e 35 anos apresentarem perfis socio-demográficos diferentes, estes são semelhantes em termos de identificação com os valores identificados por Schwartz, distinguindo-se apenas pelas médias de identificação apresentadas.

É comum, em diversas áreas, quando se pretende estudar atitudes, comportamentos, ou mesmo valores de um determinado universo, estratificarem-se os indivíduos que neste artigo tomámos como sendo um grupo. Tal acontece uma vez que se pressupõe, por exemplo, que um jovem de 22 anos tenha uma forma de pensar ou de agir diferente de um indivíduo de 30 anos. No entanto, constatámos o contrário, isto é, embora os jovens entre os 18 e os 35 anos possam apresentar perfis socio-demográficos diferentes, existem semelhanças ao nível dos valores. Tendo por base a escala apresentada por Schwartz, verificámos que de facto existem semelhanças ao nível dos valores. Mas será que ao nível de atitudes e comportamentos este grupo também apresentará semelhanças? Novos estudos poderão ser desenvolvidos no sentido de solidificar a constatação aqui apresentada, tentando demonstrar se o mesmo acontecerá a outros níveis.

Outro aspecto que poderá ter interesse consiste em fazer um estudo longitudinal, através do qual se faça um *follow up* dos indivíduos com o intuito de verificar se, dependendo dos seus percursos de vida, existem alterações em termos de valores individuais e perspectivas de vida.

Referências Bibliográficas

Arbuckle, J. e W. Wothke (1999), *Amos 4.0 User's Guide*, SmallWaters Corporation.

Arnett, J.J. (1998), Learning to Stand Alone: The Contemporary American Transition to Adulthood in Cultural and Historical Context, *Human Development*, 41, pp. 295-315.

Arnett, J.J. (2000), Emerging Adulthood – A Theory of Development from the Late Teens, Through the Twenties, *American Psychologist*, vol. 55, nº5, pp. 469-480.

Arnett, J.J. (2006), Emerging Adulthood in Europe: A response to Bynner, *Journal of Youth Studies*, vol. 9, nº1, pp. 111-123.

Arnett, J.J. e J.L. Tanner (2006), *Emerging Adults in America: coming of age in the 21st century*, Washington DC, American Psychological Association,.

Bachman, J.G. L.D. Johnston, M.O. Patrick e S. John (1996), Transitions in drug use during late adolescence and young adulthood em J. A. Graber, J. Brooks-Gunn e A. C. Petersen (Eds.), *Transitions through adolescence: Interpersonal domains and context*, Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Associates.

Beck, U. (2002), *Individualization*, London, Sage Publications.

Bourdieu, P. (1997), Espaço Social e Espaço Simbólico em *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta, pp. 1-18.

Bourdieu, P. (1980), La jeunesse n'est qu'un mot em *Questions de Sociologie*, Paris, Éditions de Minuit.

Braithwaite, V. e H.G. Law (1985), Structure of Human Values: testing the adequacy of the Rokeach value survey, *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, pp. 250-263.

Byrne, B.M. (1998), *Structural Equation Modeling with LISREL, PRELIS and SIMPLIS: Basic Concepts, Applications and Programming*, LEA Publishers.

Chamboredon, J. (1985), Adolescence et Post-Adolescence: la «juvénisation» em Alleon, Anne Marie *et al.* (dir), *Adolescence terminée, adolescence interminable*, Paris, PUF.

Cohen, P., S. Kasen, H. Chen, C. Hartmack e K. Gordon (2003), Variations in patterns of developmental transitions in the emerging adulthood period, *Developmental psychology*, vol. 39, nº4, pp. 657-669.

Dempster, A.P., N.M. Laird e D.B. Rubin (1977), Maximum Likelihood from incomplete data via the EM algorithm (with discussion), *Journal of the Royal Statistical Society*, B, 39, pp. 1-38.

Dias, J.G. (2003), Introdução aos Modelos de Mistura Finita em Reis, E. e M.M. Hill (Eds.), *Temas em Métodos Quantitativos*, 3, Edições Sílabo, pp. 101-116.

Dubar, C. (2005), *A Socialização – construção das identidades sociais e profissionais*, São Paulo, Martins Fontes.

Eccles, J., J. Templeton, B. Barber e M. Stone (2003), Adolescence and emerging adulthood: the critical passage ways to adulthood em Bornstein, M.H., L. Davidson, C.L.M. Keyes e K. A. Moore (Eds.), *Well-being: positive development across the life course*, Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Associates.

Erikson, E.H. (1950), *Childhood and society*, New York, Norton.

Erikson, E.H. (1968), *Identity: Youth and crisis*, New York, Norton.

Feather, N.T. (1984) Protestant Ethic, conservatism, and values, *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, pp. 1132-1141.

Galland, O. (1997), *Sociologie de la Jeunesse*, Paris, Armand Colin.

Giddens, A. (1990), *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, Unesp.

Gilmore, D.D. (1990), *Manhood in the Making*, New Haven and London, Yale University Press.

Gouveia, V.V. (1998), *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*, Tese de doutorado não publicada. Espanha, Faculdade de Psicologia, Universidade Complutense de Madri.

Gouveia, V.V., E. Martínez, M. Meira e T.L. Milfont (2001), A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: análise factorial confirmatória da tipologia de Schwartz, *Estudos de Psicologia*, 6(2), pp. 133-142.

Grad, H., M. Ros, J.L. Álvaro e J.R. Torregrosa (1993), Influencias de factores universales, culturales y ocupacionales en el sistema personal de valores en España, *Interacción Social*, 3, pp. 181-199.

Hareven, T.K (1978), *Transitions, The family and the life course historical perspective*, New York Academic Press.

Jessor, R., J.E. Donovan e F.M. Costa (1991), *Beyond adolescence: Problem behaviour and young adult development*, New York, Cambridge University Press.

Jöreskog, K. e D. Sörbom (1989), *LISREL 7 – User’s Reference Guide*, Chicago, Scientific Software International.

Jowell, R. e a Central Co-ordinating Team, European Social Survey 2004/2005: Technical Report, London, Centre for Comparative Social Surveys, City University (2005).

Kamakura, W.A. e M. Wedel (1995), Life Style Segmentation with Tailored interviewing, *Journal of Marketing Research*, vol. 32, pp. 308-317.

Keniston, K. (1971), *Youth and dissent: The rise of a new opposition*, New York, Harcourt Breca Jovanovich.

Levinson, D.J. (1978), *The seasons of man's life*, New York, Ballantine.

Marcoulides, G.A. e S.L. Hershberger (1997), *Multivariate Statistical Methods, A First Course*, Mahwah NJ, Lawrence Erlbaum Associates.

Molgat, M. (2007), Do Transitions and Social Structures Matter? How ‘Emerging Adults’ Define Themselves as Adults, *Journal of Youth Studies*, vol. 19, nº 5, pp. 495-516.

Nelson, L.J., S. Badger e B. Wu (2004), The influence of culture in emerging adulthood: perspectives of Chinese college students, *International Journal of Behavioral Development*, vol.28, p.26-36.

Pais, J.M. (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates*, Lisboa, Âmbar.

Perry, W.G. (1999), *Forms of ethical and intellectual development in the college years: A scheme*, San Francisco, Jossey-Bass (trabalho original publicado em 1970).

Pimenta, M.M. (2007), “*Ser Jovem*” e “*Ser Adulto*”: *Identidades, Representações e Trajectórias*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade de São Paulo.

Rokeach, M. (1973), *The nature of human values*, New York, Free Press.

Rotundo, E.A. (1993), *American manhood: Transformations in Masculinity from the Revolution to the Modern Era*, New York, Basic Books.

Schlegel, A. e A. Barry (1991), *Adolescence: An anthropological inquiry*, New York, Free Press.

Salgueiro, M.F. (1995), *Modelos de Equações Estruturais: Aplicação do LISREL a um estudo de Socialização no Trabalho*, Tese de Mestrado, ISCTE.

Salgueiro, M.F. e E. Reis (2000), Socialização dos Jovens no Trabalho: Aplicação de um modelo de equações estruturais, Reis, E. e M.A.M. Ferreira (Eds.), *Temas em Métodos Quantitativos*, vol. 1, pp.169-201.

Schwartz, S.H. e W. Bilsky (1987), Toward a universal psychological structure of human values, *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, pp. 550-562.

Schwartz, S.H. e W. Bilsky (1990), Toward a theory of universal content and structure of values: extensions and cross-cultural replications, *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, pp. 878-891.

Schwartz, S.H. (1994), Are there universal aspects in the structure and contents of human values?, *Journal of Social Issues*, 50, pp. 19-45.

Schwartz, S.H. e L. Sagiv (1995), Identifying culture-specifics in the content and structure of values, *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 26, pp. 92-116.

Tamayo, A. e S.H. Schwartz (1993), Estrutura motivacional dos valores humanos, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, pp. 329-348.

Vala, J., A. Torres e A. Ramos, Inquérito Social Europeu – 2006: Resultados Globais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Westberg, A. (2004), Forever Young? Young People Conception of Adulthood: The Swedish Case, *Journal of Youth Studies*, vol. 7, nº 1, pp. 35-33.

Wyn, J. e D. Woodman (2006), Generation, youth and social change in Australia, *Journal of Youth Studies*, vol. 9, nº 5, pp. 495-514.

Anexo

Matriz de correlação entre os indicadores de medida dos valores de Schwartz

	GF1a	GF1b	GF1c	GF1d	GF1e	GF1f	GF1g	GF1h	GF1i	GF1j	GF1k	GF1l	GF1m	GF1n	GF1o	GF1p	GF1q	GF1r	GF1s	GF1t	GF1u	
Spearman's rho	GF1a	1																				
	GF1b	,180(**)	1																			
	GF1c	,378(**)	0,025	1																		
	GF1d	,362(**)	,290(**)	,281(**)	1																	
	GF1e	,290(**)	0,049	,371(**)	,295(**)	1																
	GF1f	,305(**)	,183(**)	,314(**)	,353(**)	,240(**)	1															
	GF1g	0,062	,146(**)	0,027	,133(**)	,113(**)	,103(*)	1														
	GF1h	,384(**)	0,043	,437(**)	,248(**)	,375(**)	,302(**)	,201(**)	1													
	GF1i	,178(**)	-0,054	,292(**)	,122(**)	,333(**)	,230(**)	,205(**)	,471(**)	1												
	GF1j	,383(**)	,222(**)	,258(**)	,257(**)	,177(**)	,384(**)	,096(*)	,196(**)	,159(**)	1											
	GF1k	,404(**)	,180(**)	,395(**)	,366(**)	,259(**)	,456(**)	0,061	,322(**)	,237(**)	,422(**)	1										
	GF1l	,304(**)	0,019	,440(**)	,174(**)	,322(**)	,298(**)	0,038	,410(**)	,288(**)	,253(**)	,400(**)	1									
	GF1m	,245(**)	,340(**)	,156(**)	,476(**)	,170(**)	,393(**)	,184(**)	,188(**)	,133(**)	,402(**)	,362(**)	,169(**)	1								
	GF1n	,272(**)	,185(**)	,368(**)	,288(**)	,381(**)	,246(**)	,134(**)	,375(**)	,252(**)	,192(**)	,367(**)	,314(**)	,274(**)	1							
	GF1o	,189(**)	,321(**)	0,004	,250(**)	0,025	,362(**)	,127(**)	,133(**)	0,035	,302(**)	,292(**)	0,075	,352(**)	,177(**)	1						
	GF1p	0,052	,176(**)	,098(*)	,216(**)	,211(**)	0,05	,359(**)	,173(**)	,194(**)	0,014	0,075	,145(**)	,190(**)	,135(**)	,118(**)	1					
	GF1q	,228(**)	,249(**)	,213(**)	,367(**)	,241(**)	,255(**)	,272(**)	,244(**)	,174(**)	,194(**)	,264(**)	,190(**)	,306(**)	,206(**)	,236(**)	,415(**)	1				
	GF1r	,379(**)	0,062	,468(**)	,283(**)	,296(**)	,314(**)	0,036	,467(**)	,281(**)	,316(**)	,421(**)	,420(**)	,241(**)	,314(**)	,141(**)	,090(*)	,280(**)	1			
	GF1s	,324(**)	,214(**)	,346(**)	,239(**)	,302(**)	,318(**)	,116(**)	,364(**)	,286(**)	,289(**)	,400(**)	,351(**)	,295(**)	,358(**)	,187(**)	,193(**)	,267(**)	,446(**)	1		
	GF1t	0,051	,123(**)	0,035	,111(**)	,192(**)	0,03	,356(**)	,163(**)	,247(**)	0,001	0,003	,143(**)	,114(**)	,196(**)	0,008	,382(**)	,278(**)	0,079	,278(**)	1	
GF1u	,218(**)	,194(**)	0,081	,193(**)	0,032	,353(**)	0,073	,118(**)	,090(*)	,472(**)	,263(**)	,153(**)	,363(**)	0,017	,452(**)	0,048	,142(**)	,206(**)	,222(**)	0,046	1	

** A correlação é significativa a um nível de 0.01 (2-tailed).

* A correlação é significativa a um nível de 0.05 level (2-tailed).

GF1a	É importante ter ideias e ser criativo. Gostar de fazer as coisas à sua maneira
GF1b	É importante ser rico, ter dinheiro e coisas caras
GF1c	É importante que todas as pessoas no mundo sejam tratadas igualmente
GF1d	É importante poder mostrar as suas capacidades. Querer que as pessoas admirem o que faz
GF1e	É importante viver num sítio onde se sinta seguro
GF1f	É importante fazer coisas diferentes na vida
GF1g	É importante que as pessoas cumpram sempre as regras mesmo quando não está ninguém a ver
GF1h	É importante ouvir pessoas diferentes de si
GF1i	É importante ser humilde e modesto
GF1j	É importante passar bons momentos
GF1k	É importante tomar as suas próprias decisões sobre o que faz

GF1l	É importante ajudar os que o rodeiam
GF1m	É importante ter sucesso
GF1n	É importante que o governo garanta a sua segurança contra todas as ameaças
GF1o	É importante ter uma vida emocionante
GF1p	É importante portar-se sempre como deve ser
GF1q	É importante que os outros tenham respeito
GF1r	É importante ser leal com os amigos
GF1s	É importante que as pessoas protejam o ambiente
GF1t	É importante agir de acordo com a sua religião e família
GF1u	É importante aproveitar todas as oportunidades para se divertir